

POVO LIVRE

Director: José Luís Moreira da Silva

Periodicidade Semanal

Internet: www.psd.pt - e-mail: povolivre@psd.pt



José Luís
Moreira da Silva

Editorial

FILHO PRÓDIGO!

Assim tem andado Marques Mendes, desde Abril de 2005, já lá vai ano e meio, a pedalar contra a maioria absoluta de Sócrates, dia após dia.

Recebeu o PSD depois de umas eleições em que se obteve um dos piores resultados de sempre. As razões para isso são já bem conhecidas e os responsáveis também.

Nesse ano de 2005, Marques Mendes teve de preparar logo duas eleições: as autárquicas e as presidenciais. E obteve uma das maiores vitórias de sempre do PSD nas autárquicas de final de 2005 e contribuiu decisivamente para a eleição de Cavaco Silva em inícios de 2006.

Já neste ano Marques Mendes cumpriu uma das suas promessas: procedeu à necessária revisão dos estatutos, passando o Presidente da Comissão Política Nacional a ser eleito por sufrágio directo de todos os militantes. No seguimento, de imediato demitiu-se e concorreu nas primeiras eleições directas nacionais do PSD. Foi reeleito, pela maioria clara dos militantes.

Quem não concordava com a estratégia de Marques Mendes, teve aí a sua oportunidade democrática para dizer porquê e apresentar alternativas. Poucos o fizeram e saíram derrotados! Democráticamente Marques Mendes tem toda a legitimidade de levar por diante a sua estratégia nos próximos dois anos.

E que estratégia. Já tivemos semanalmente aqui a oportunidade de a ir acompanhando. Semana após semana, Marques Mendes passou de ignorado pela comunicação social e pelo Governo, a voz ouvida com atenção e respeito. Em apenas ano e meio, Marques Mendes provou que é possível fazer uma oposição credível e não populista. Uma oposição construtiva e inteligente.

Semana após semana, o PSD é tido como uma alternativa mais consistente. Marques Mendes um Primeiro-Ministro mais certo. 2009 é o ano de todas as mudanças.

De repente, sem se saber porquê, mas num especial momento em que o Governo atravessa uma das suas piores crises, com a apresentação de mais um Orçamento da desgraça, em que põe em causa mais algumas das suas promessas eleitorais, como a manutenção das SCUT's, vem alguém criticar a direcção do PSD, por não ser suficientemente crítico...

Até parece que não se quer que a crítica do PSD, mais forte ou mais fraca, aqui não interessa, seja ouvida. Num especial momento de queda do Governo em que o PSD sobe necessariamente, parece que há quem não queira que isso aconteça e se apresse a fazer críticas internas, com isso abafando a voz externa do PSD...

Não acredito que tal seja intencional, mas que o efeito é bem nefasto para o PSD e a favor do Governo, lá isso é! Se todos temos o mesmo objectivo e acreditamos todos na democracia e na legitimidade democrática, como acredito, então episódios como o que assistimos não devem repetir-se.

Os filhos podem afastar-se, por mais ou menos tempo, e o seu regresso será sempre bem vindo e acarinhado, mas não para por em causa o trabalho árduo que tem sido feito nestes tempos de afastamento. Episódios do "filho pródigo", só na Bíblia!

Sócrates esconde-se "atrás dos Ministros" numa semana de trapalhadas e desnorte



Destaques:

Ministros desentendem-se, Sócrates foge às realidades

Intervenções de Marques Mendes na Pag 2 e seguintes

Grupo Parlamentar denuncia actuação cada vez desesperada do PS Veja em "Política Nacional"

Em Lisboa, o PS em guerra, com denúncias mútuas, perdas de confiança e pedidos de demissão Em "Local, Lisboa"

Actividades do Presidente

Marques Mendes vai propor ao PSD o voto contra o OE/77

O presidente do PSD, Luís Marques Mendes, anunciou no dia 19, que vai propor à direcção do seu partido o voto contra a proposta do Orçamento do Estado para 2007, afirmando que este documento aumenta taxas, impostos e a despesa pública – tudo contra o que expressamente Sócrates tinha anunciado que não faria!

As declarações do nosso Presidente, foram proferidas à saída da reunião com o primeiro-ministro, que se destinou a discutir a agenda da próxima cimeira informal de chefes de Estado e de Governo da União Europeia, sexta-feira, em Lahti.

“A proposta do Orçamento do Estado para 2007 não tem um objectivo ambicioso e mobilizador e, por isso, não dá esperança aos portugueses”, declarou o líder social-democrata.

De acordo com Marques Mendes, a proposta do Orçamento “aumenta taxas e aumenta impostos sobre os reformados, os funcionários públicos, os combustíveis, na saúde e na electricidade”.

“O Orçamento aumenta a despesa do Estado no próximo ano, diminui o investimento público e volta a afastar Portugal da média europeia em termos de crescimento. Estes são os pecados capitais do Orçamento e, por essa razão, vou propor à direcção do PSD o voto contra”, declarou Marques Mendes.

A proposta do Governo de Orçamento do Estado para 2007 é discutida na Assembleia da República, na generalidade, entre 7 e 09 de Novembro, estando prevista a votação final global para 30 do mesmo mês.

Açores: Líder do PSD/A diz que desemprego é o dobro do anunciado pelo Governo.



Marques Mendes acusa Castro Guerra de “ofender” os Portugueses

O líder do PSD acusou, no dia 18, o secretário de Estado da Indústria e da Inovação de ser “quase ofensivo para os portugueses” ao culpar o consumidor pelo aumento de 15,7 por cento da electricidade, em 2007.

O secretário de Estado António Castro Guerra declarou à TSF que “a culpa” do aumento da energia eléctrica para os consumidores domésticos é do consumidor, porque esteve vários anos a pagar menos do que devia.

“Esse secretário de Estado devia era estar calado”, afirmou Luís Marques Mendes aos jornalistas, em Coimbra, ao ser questionado sobre as declarações do governante.

Na sua opinião, “é quase ofensivo para os portugueses dizer que a culpa deste aumento é dos consumidores”.

Marques Mendes anunciou que o PSD “vai chamar o Governo ao Parlamento” para que explique o aumento da electricidade em 2007, que considerou “uma penalização das famílias e um ataque muito forte às empresas”.

“Este aumento parece um assalto ao bolso dos consumidores”, acusou.

O presidente do PSD falava aos jornalistas, à margem de uma reunião com a Câmara de Comércio e Indústria do Centro.

SCUT: Marques Mendes afirma que o Governo fez recuo tardio na matéria das portagens

O nosso Presidente Luís Marques Mendes, considerou que o Governo fez um “recuo tardio” ao decidir introduzir portagens nas auto-estradas sem custos para o utilizador (SCUT) do Norte Litoral, Costa de Prata e Grande Porto.

A decisão do Governo foi anunciada pelo ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Mário Lino, tendo como base o PIB (Produto Interno bruto) “per capita” e o índice de poder de compra das regiões

atravessadas, bem como tempo de percurso das vias alternativas naquelas zonas do país.

“Concluimos que as regiões daquelas três SCUT já estavam acima daqueles três critérios em simultâneo”, afirmou.

No Norte Litoral, a única excepção à introdução de portagens será o troço entre Viana do Castelo e Caminha, adiantou o ministro das Obras Públicas.

Falando no final de uma audiência com o primeiro-ministro, José Sócrates, em São Bento, o líder social-democrata afirmou que se trata “de um recuo positivo do Governo, que o PSD saúda”.

“Há muito tempo que o PSD defende que as auto-estradas devem ter portagens e que os seus custos devem ser pagos pelos utilizadores”, referiu Marques Mendes, para quem o executivo socialista “acaba de deixar cair mais uma promessa eleitoral que fez aos portugueses”.

“Pena é que esta decisão tenha sido tomada tarde, depois de se ter aumentado o IVA {em 2005}, Mesmo assim, o Governo acaba com uma opção obsoleta tomada pelo ex-ministro socialista João Cravinho e que agravou a carga fiscal”, salientou.

No Parlamento, também o líder parlamentar do PSD, Luís Marques Guedes, saudou o recuo do Governo, lamentando apenas o atraso com que a decisão foi tomada.

“É um recuo do Governo que saudamos”, afirmou Marques Guedes, em declarações aos jornalistas na Assembleia da República.

“É pena que tenha demorado tanto”, sublinhou, considerando quer se a decisão de introduzir portagens nas SCUT tivesse sido tomada há um ano, “o aumento do IVA e de outros impostos” não teria sido necessário.

“Assim, aumentou-se o desemprego, prejudicaram-se as famílias e as empresas”, acrescentou. – Fontes: Lusa, Gab. Imp. PSD; fotos arquivo PSD

Marques Mendes considera que Governo ignora as PME

No final de uma visita a uma empresa, em Odivelas, na sexta-feira dia 20, o presidente do PSD apelou ao Governo de Sócrates para que aprove ou permita que passem algumas propostas, eventualmente a ser feitas pelo PSD, no sentido de, em sede de especialidade do Orçamento de Estado para 2007, seja apoiado

Actividades do Presidente

o sector das PME.

«No OE para 2007, não se vê uma única medida de apoio às Pequenas e Médias Empresas», afirmou Marques Mendes, em declarações à imprensa. Considerando as PME como o «motor da economia», pois geram riqueza e criam postos de trabalho, Marques Mendes desafiou, por isso, o executivo a agir positivamente, em relação ao sector que mais representa na economia portuguesa. «Ora» – disse – «o próprio IAPMEI [Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas] leva um corte no OE para 2007 de 65 por cento!», disse Luís Marques Mendes, lembrando que o PSD apresentou, no início deste mês, um programa de apoio às Pequenas e Médias Empresas, com 15 medidas positivas e incentivadoras, entre as quais a obrigatoriedade do Estado elaborar um plano de pagamentos escalonados aos seus fornecedores, de forma a que muitas situações de crise, resultantes de um Estado mau pagador e que, tudo exigindo, pouco cumpre nesta matéria, levando a crise às tesourarias dos mais fracos.

“Incompetência” do Governo em matéria de aumentos do preço da energia e defesa de aumentos graduais

Ainda na mesma ocasião e instado a pronunciar-se sobre o aumento das tarifas de electricidade anunciadas pela Entidade Reguladora e pelo Governo, Marques Mendes criticou a forma “incompetente” como o Governo está a tratar a questão dos aumentos das tarifas, defendendo uma subida “gradual e faseada” ao longo dos anos.

“A forma como o Governo está a tratar este dossier demonstra incompetência, desprezo pelas famílias e falta de seriedade política, porque o Executivo sabia de tudo, mas fez de conta que tinha ficado surpreendido”, afirmou Marques Mendes,

A Entidade Reguladora do Sector Eléctrico (ERSE) propôs um aumento médio das tarifas de 12,4 por cento para 2007, sendo que para os clientes domésticos (5,3 milhões) o aumento real seria de 15,7 por cento.

O significativo aumento do tarifário, face a anos anteriores, deve-se, segundo a ERSE, a dois factores principais: a recuperação no próximo ano de um terço (132 milhões de euros) do défice tarifário de 399 milhões de euros gerado em 2006 e a regularização parcial (19 milhões de euros) da subsídição cruzada dos consumidores em baixa tensão aos consumidores nos restantes níveis de tensão.

Contudo, na quinta-feira, o ministro da Economia afirmou que o aumento das tarifas vai ficar entre os 6 e os 8 por cento e que o Governo considera “inaceitável” o aumento de 15,7 por cento proposto pela ERSE, estando, por isso, disposto a aplicar “mecanismos que permitam reduzir de forma substancial” a subida de preços.

Instado a comentar estas declarações de Manuel Pinho, Marques Mendes não falou em números concretos, mas lembrou que um aumento entre os 6 e os 8 por cento representa “um valor quatro vezes superior à inflação”.

Marques Mendes defendeu, por isso, “uma solução gradual, faseada ao longo de vários anos”, que não penalize os consumidores “com esta enorme violência”.

“A electricidade é um bem essencial, não é um bem de luxo”, sublinhou Marques Mendes, aconselhando o executivo socialista a ter “maior sensibilidade social” e respeito pelos consumidores.

Questionado sobre se defende a demissão do secretário de Estado da

Indústria e da Inovação, que quarta-feira declarou que a “culpa” do aumento da energia eléctrica para os consumidores domésticos “é do consumidor, porque esteve vários anos a gastar mais e a pagar menos do que devia”, Marques Mendes disse que não pede “a cabeça de ninguém” “Esse é um problema do Primeiro-Ministro”, afirmou, reiterando, contudo, que as declarações de António Castro Guerra são um “descaramento”.

“Como andamos de disparate no ministério da Economia, recomendava ao PM que pusesse um mínimo de ordem na sua casa”, acrescentou.

Além desta “recomendação”, Marques Mendes aconselhou ainda o primeiro-ministro a explicar a razão porque decidiu introduzir portagens em três das sete auto-estradas sem custos para o utilizador (SCUT), recordando que na campanha eleitoral para as legislativas José Sócrates garantiu que não o iria fazer.

“Agora deu o dito pelo não dito, por isso devia dar explicações”, salientou Marques Mendes, considerando que, “caso contrário parece que é uma fraude política”.

“Foi uma semana de desnorte para o Governo”, acrescentou Marques Mendes, que sempre defendeu a introdução de portagens nas SCUT.

Sócrates esconde-se “atrás dos Ministros” numa semana de trapalhadas e desnorte

Ainda na sexta-feira à tarde, durante uma visita de trabalho à autarquia social-democrata de Cadaval, Marques Mendes, afirmou que, no seu julgamento, o primeiro-ministro “... esta semana, mais uma vez, escondeu-se atrás dos ministros”, num período de “desnorte” para o Governo no qual José Sócrates fugiu e ignorou decisões tomadas e anunciadas anteriormente.

“O mais grave (...) é a ausência do primeiro-ministro, é uma semana de desnorte, uma semana de trapalhadas, uma semana de contradições e o primeiro-ministro não diz uma palavra e esconde-se atrás dos ministros”, acusou o líder social-democrata.

Para o presidente do PSD, José Sócrates “foge a dar a cara e não assume as suas responsabilidades de liderança”.

O líder social-democrata referia-se ao que considerou ter sido esta “uma semana de governo desnorteado”.

“Primeiro foi a trapalhada da electricidade, depois foi a cambalhota política das SCUT, depois foi um orçamento que todos reconheceram que penaliza com mais impostos a classe média, os reformados, os trabalhadores da função pública e o sector da saúde”, assinalou.

Relativamente ao sector da saúde, disse que não está preocupado com pactos mas com o facto da “saúde ser mais cara e que as pessoas sentem estar cada vez mais distante delas. A questão central é que temos pela frente um orçamento de Estado que, no domínio da saúde, significa mais impostos e que custos significativamente mais caros, tudo ao contrário do que foi prometido”.

Sobre Orçamento de Estado para 2007 disse ainda que “sobrecarrega com novo aumento de impostos os reformados, os funcionários públicos, e também no sector da saúde”.

Marques Mendes afirmou que “o mais grave é que o governo queira criar a política do facto consumado, que é fazer um orçamento com base numa lei de finanças locais e regionais que não existem”.

“Independentemente de ser ilegal ou inconstitucional é inaceitável”, frisou referindo-se a notícias publicadas no fim de semana, segundo as quais o orçamento foi feito com base em leis que ainda não estão existindo, como as do poder local ou das autonomias regionais, onde a “sangria” a favor de um Governo cada vez mais centralizador, é de significado extraordinário. – Fontes: Lusa, DN, PSD Oeiras



PSD quer debate de urgência sobre aumentos da electricidade

O PSD anunciou que vai propor a realização de um debate de urgência sobre o aumento de 15,7 por cento da electricidade para os consumidores domésticos em 2007, considerando que são necessárias “explicações políticas” sobre esta decisão.

Em declarações aos jornalistas no Parlamento, o líder da bancada do PSD, Luís Marques Guedes referiu que o pedido de realização de um debate de urgência na Assembleia da República será entregue ainda no dia 19.

“Para as famílias portuguesas, estes aumentos são algo que carece de explicação política”, salientou Marques Guedes.

O líder da bancada parlamentar social-democrata repudiou ainda as declarações do secretário de Estado Adjunto da Indústria e da Inovação que considerou que “a culpa” do aumento de 15,7 por cento da electricidade para os consumidores domésticos em 2007 é do consumidor, porque esteve vários anos a pagar menos do que devia.

“São os consumidores que devem este dinheiro. Não é mais ninguém”, disse o secretário de Estado à TSF, considerando que este “foi quem mais consumiu tarifas no passado e isso gerou défice”.

Até este ano a lei impedia uma actualização de preços acima da inflação e isso criou um défice tarifário que, na opinião de Castro Guerra, “só pode ser imputado aos consumidores”.

“Essas declarações são um insulto para os consumidores. Só falta dizer que os consumidores agora têm de devolver o dinheiro que não pagaram ao longo dos últimos anos. Só falta dizer que os consumidores são uns ladrões”, afirmou Marques Guedes.

Marques Guedes defendeu ainda que o Governo tem de encontrar “medidas adequadas” para este problema e dar “explicações sérias” sobre o que pretende fazer.

PSD volta a acusar PS de “ataque permanente” ao Governo Regional Madeira

O PSD voltou, no dia 18, a acusar o PS de fazer um “ataque permanente” ao Governo Regional da Madeira, depois dos socialistas rejeitarem três iniciativas daquela região autónoma, liderada pelos sociais-democratas.

“O PS actualmente faz um ataque permanente à Região Autónoma da Madeira e à sua autonomia, o que é um ataque ao Governo Regional da Madeira. Mas, a quem está atacar, verdadeiramente, são as populações”, afirmou o deputado do PSD Hugo Velosa, durante a discussão parlamentar de três propostas da Assembleia Legislativa da Madeira.

Sublinhando que existem razões de



insularidade que justificam a aprovação das iniciativas da Assembleia Legislativa da Madeira, Hugo Velosa acusou ainda os socialistas de serem “insensíveis a essa questão”.

“O PS diz que sempre foi sensível às questões da insularidade, mas isso não é verdade”, sublinhou.

Na resposta, o deputado do PS João Serrano rejeitou as críticas, garantindo que os socialistas “respeitam as competências da Assembleia Legislativa da Madeira”.

A primeira proposta discutida referia-se à implementação do direito de voto por meio electrónico para eleitores que por motivos de estudo ou saúde, entre outros, se encontrem deslocados da sua área de recenseamento no dia das eleições.

A iniciativa foi, desde logo, rejeitada pela deputada socialista Sónia Sanfona, que a considerou inconstitucional, pois prevê alterações às leis eleitorais.

“E essa é uma matéria de reserva legislativa da Assembleia da República”, afirmou a deputada do PS.

Não pondo em causa a constitucionalidade da proposta, o PCP e o BE, levantaram, contudo, dúvidas sobre a opção pelo voto electrónico, recordando que se trata de um sistema ainda em fase de experimentação.

Apenas PSD e CDS-PP defenderam a iniciativa da Assembleia Legislativa da Madeira, manifestando disponibilidade para a aperfeiçoar em sede de especialidade.

A segunda proposta da Assembleia Legislativa da Madeira discutida hoje em plenário defendia o alargamento do pagamento do subsídio de residência, actualmente atribuído aos agentes da PSP em serviço na ilha de Porto Santo, a todos os agentes que prestam serviço na Madeira, bem como ao pessoal da GNR, Polícia Judiciária, guardas prisionais e Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

O PS rejeitou igualmente esta iniciativa, classificando-a como “uma medida avulsa” e lembrando que muitos do pessoal destes serviços que está na Madeira e “não se encontra aí

deslocado”, pois já tem residência fixa no arquipélago.

PSD, CDS-PP e PCP contrariaram os argumentos dos socialistas, considerando que o alargamento do universo de trabalhadores que recebem subsídio de residência é uma “proposta justa”, que põe fim “ao tratamento desigual que hoje existe”.

A proposta de criação de um Fundo

de Integração Desportiva Nacional, através do qual seriam suportados os custos com as deslocações de atletas entre as regiões autónomas e o continente, foi também recusada pelos socialistas, que alertaram para o impacto financeiro que a iniciativa representaria.

Mais uma vez a oposição assumiu a defesa da iniciativa da Assembleia Legislativa da Madeira, com o líder parlamentar do BE, Luís Fazenda, a indicar que iria apresentar esta mesma proposta durante a discussão em sede de especialidade da nova Lei de Bases do Desporto.

A única proposta da Assembleia Legislativa dos Açores hoje discutida, que previa que o Estado voltasse a suportar os custos de expedição da imprensa especializada para as regiões autónomas, foi igualmente rejeitada pelos socialistas e mais uma vez aplaudida pela oposição, que a considerou “justa”.

Contudo, seria o próprio ministro dos Assuntos Parlamentares, Augusto Santos Silva, a rejeitar a proposta, apesar de frisar que lamenta não a poder acompanhar dado a fase de “contenção orçamental” que o Estado está a atravessar.

Marques Guedes acusa Sócrates de politizar o debate sobre o aborto

No passado dia 19, o PSD, pelo seu líder parlamentar, Luís Marques Guedes, acusou o Primeiro-Ministro, José Sócrates, de estar a politizar o debate sobre aborto, e de utilizar “uma incompreensível agressividade e uma enorme falta de respeito” para com aqueles que têm posições diferentes.

“Alguns responsáveis socialistas, a começar pelo primeiro entre eles, parece mesmo que não têm o discernimento nem praticam a humildade de reconhecer a asneira, reincidindo publicamente na tentativa de politização do debate”, afirmou Marques Guedes, numa intervenção no debate sobre a proposta do PS de convocar um novo referendo sobre a matéria.

Marques Guedes acusou ainda estes “responsáveis socialistas” de optarem pela “via gratuita do insulto, exibindo uma incompreensível agressividade e uma enorme falta de respeito por todos quantos ousam pensar diferente deles próprios”.

“É uma atitude que em nada contribui para a elevação do debate, e que só desqualifica quem a toma”, criticou.

Esta crítica surge em resposta a afirmações de Sócrates, no sábado anterior, em que este acusou de “hipocrisia” os que defendem a manutenção da lei actual mas sugerem “engenharias processuais” para evitar os julgamentos, proposta que chegou a ser ponderada pela deputada social-democrata Zita Seabra e foi defendida publicamente pelos ex-líderes do PSD e CDS-PP Marcelo Rebelo de Sousa e Paulo Portas.

Marques Guedes reiterou que o PSD irá votar favoravelmente a proposta do PS de convocação de um novo referendo sobre aborto, sublinhando que “hoje estão reunidas as condições para devolver aos portugueses a palavra final sobre a manutenção ou a alteração da lei do aborto” e garantiu que o partido não irá dar “qualquer orientação ou exigir qualquer disciplina de voto aos seus apoiantes ou deputados”.

“É agora ao senhor Presidente da República que cabe decidir sobre a convocação e a data de realização deste referendo. Confio em absoluto no critério que o senhor Presidente da República entender utilizar, certo de que será sempre uma boa decisão”, frisou.

O OE para 2007 é mais uma oportunidade perdida

Declaração do vice-presidente do Grupo Parlamentar do PSD, Miguel Frاسquilho

No passado dia 20, o vice-presidente do Grupo Parlamentar do PSD, Miguel Frاسquilho, fez – na AR – a seguinte declaração política, relativa à apresentação, pelo Governo, do OE-2007:

O Orçamento do Estado para 2007 é mais uma oportunidade perdida. Era uma oportunidade de fazer emagrecer o “monstro” da máquina do Estado.

Ao contrário, o que se verifica é que em 2007 o “monstro” vai continuar a engordar e os portugueses vão continuar a emagrecer e a fazer sacrifícios.

Este Orçamento só não é mau para a Máquina do Estado e para quem vive à sombra de desperdício do Estado.

Apesar da propaganda do Governo dizer o contrário, a verdade é que a despesa pública vai aumentar mais 2 mil milhões de euros no próximo ano – cerca de 400 milhões de contos, em moeda antiga – atingindo o valor record de 72 mil milhões de euros. E pior: quando se esperava que a despesa do Estado diminuísse, a verdade é que ela



aumenta 2.6%, mais do que em 2006. E quanto às despesas correntes, de funcionamento, as despesas do dia-a-dia – afinal as despesas do aparelho do Estado –, essas vão crescer 2.9%. Finalmente, as despesa correntes primárias, isto é, descontando os juros da dívida pública vão crescer 2.5%. Também mais do que em 2006.

Ou seja, quando era preciso

mostrar um esforço de poupança, contenção e consolidação, o Governo Socialista faz exactamente o contrário e tenciona gastar ainda mais do que já fez em 2006.

A comparação de 2007 com o final de 2004 permite perceber que estes dois anos terão sido completamente perdidos. As despesas correntes primárias, que pesavam 39.2% do PIB em 2004, atingirão 39% em 2007, um valor praticamente igual. Foram, assim, em vão os aumentos de impostos e os sacrifícios que foram pedidos aos portugueses, porque neste período de 2 anos, não andámos para a frente, nada se ganhou em consolidação das contas públicas e na redução da dimensão do Estado.

Este é, assim, um Orçamento que é mau para as Famílias, mau para as Empresas, mau para os Reformados, mau para os Trabalhadores e mau para os Funcionários Públicos.

Depois do aumento de nove impostos em 2005 e 2006, em 2007, a pressão fiscal baterá todos os records, com o aumento dos imposto sobre os combustíveis, das contribuições para a ADSE, do IRS para os reformados e o fim de uma série de benefícios fiscais

para os contribuintes.

Sempre e sempre mais impostos e mais receita para poder continuar a engordar o Estado – que só não cresce mais porque, tal como sucede em 2006, o Governo se propõe cortar no investimento público, que é a solução mais fácil. Depois de cair cerca de 10% em 2006, o investimento público tornará a cair em 2007, reduzindo-se novamente, agora em 3%. Mas nem isto, nem nada impede o Governo de continuar a apostar em projectos faraónicos e que em nada contribuem para melhorar a economia portuguesa, como a OTA e o TGV.

A exemplo do que sucedeu no ano passado, mais uma vez o PSD denuncia o que entende ser um caminho errado e insustentável e que, na prática, se consubstancia na continuação da divergência do nosso nível de vida para a Europa e no empobrecimento dos portugueses.

Não podem subsistir quaisquer dúvidas de que um emagrecimento efectivo do aparelho do Estado teria um papel fundamental na inversão desta situação. Mas nesta área, 2007 continuará a ser uma oportunidade perdida.

PSD pede listagem de municípios impedidos de contrair empréstimos

O PSD solicitou, no dia 20, ao Governo a listagem dos municípios que poderão ficar impedidos de contrair empréstimos com a nova Lei das Finanças Locais e informações sobre a fórmula utilizada para calcular a capacidade de endividamento das autarquias.

Num requerimento enviado ao presidente da Assembleia da República, os deputados do PSD Miguel Relvas e José Manuel Ribeiro solicitam que lhe sejam fornecidos, “de modo integral”, informações sobre a nova Lei das Finanças Locais, aprovada na generalidade a 12 de Outubro.

“Encontrando-se o país ainda num período de contenção económico-financeira, torna-se indispensável, para uma actuação política consciente, esclarecida e responsável, que sejam tornados públicos todos os elementos

indispensáveis à compreensão profunda do que, ao fim ao cabo, é proposto pelo Governo”, referem os deputados no requerimento. Entre outras questões, os deputados social-democratas requerem a “listagem dos municípios que poderão ficar limitados na sua capacidade de endividamento” pela aplicação do novo regime proposto pelo Governo.

O número de municípios que poderão ficar impedidos de contrair empréstimos, por já terem ultrapassado o limite de endividamento, tem sido uma das matérias alvo de divergências entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP).

De acordo com as contas do Governo, 70 das 308 câmaras municipais existentes no país ultrapassam o limite de endividamento, face à nova lei, o que os impede de contrair empréstimos.

Mas a Associação Nacional de

Municípios Portugueses (ANMP) estima que, incluindo as contas das empresas municipais e serviços municipalizados, são 200 as câmaras que ficam impedidas de recorrer ao crédito e ainda são obrigadas a amortizar as dívidas em dez por cento ao ano.

Os deputados do PSD solicitam ainda informações sobre quais os valores que foram tidos em conta para os cálculos da capacidade de endividamento líquido dos municípios, assim com as categorias dos activos e dos passivos que foram considerados para esses mesmos cálculos.

O mapa do endividamento líquido dos municípios no ano de 2005 e as variáveis da distribuição da participação dos municípios nos impostos do Estado para o ano de 2007 são outras das informações solicitadas pelo PSD.

Os deputados requerem ainda a “totalidade dos dados de base dos

indicadores utilizados nos cálculos que levaram à elaboração da versão final” da proposta de lei do Governo.

Na votação na generalidade da nova Lei das Finanças Locais, o PSD votou contra a proposta, que considerou ser “uma oportunidade perdida”, que “consegue bater o recorde das violações à Constituição”.

No debate da proposta de lei na generalidade, Miguel Relvas chegou mesmo a impor a condição de a lei ser “mudada na especialidade”, caso contrário o PSD irá “suscitar junto do Tribunal Constitucional a apreciação da sua constitucionalidade”.

Entre os argumentos invocados pelos social-democratas está a possibilidade de os municípios isentarem os cidadãos residentes de uma percentagem do IRS, um imposto nacional. - **Fontes: Lusa, Gab. Imp. GP PSG**



Intervenção no encerramento do debate sobre QREN 2007-2013

Deputado António Almeida Henriques
Assembleia da República, 13 de Outubro de 2006

(...)

Ao discutirmos o Quadro de Referência Estratégico Nacional, o QREN, estamos a tratar de um **instrumento vital para a vida dos portugueses** no período 2007/ 2013.

Estamos a falar de **uma das últimas oportunidades para Portugal**, do último grande pacote que a política de coesão europeia destinará ao nosso País, assim todos o esperamos, pois significaria que teríamos atingido em 2013 um nível de rendimento equivalente a 80% da média da União Europeia.

E a primeira conclusão a tirar é que, se não fosse a iniciativa deste agendamento por parte do PSD, corríamos o risco de o Governo entregar em Bruxelas a proposta do QREN desvalorizando em absoluto a Assembleia da República, afastando-a duma discussão fundamental para o nosso futuro colectivo.

Trata-se, a todos os títulos de uma atitude inadmissível, falha de sentido de Estado, própria de um Governo autista, arrogante e profundamente centralista.

Em devido tempo, em Junho passado, **o PSD alertou para estes atrasos e apresentou na Assembleia da República um projecto coerente** de estratégia de aplicação e gestão do próximo pacote dos fundos comunitários.

De nada serviu.

O Governo desculpou-se que só poderia apresentar em Bruxelas o documento após o Conselho Europeu sobre as Orientações Estratégicas.

A afirmação **não só é falsa como reflecte desconhecimento sobre o processo negocial na União Europeia.**

O normal, quando interessa ganhar tempo, é os Estados apresentarem versões provisórias.

Foi assim que fizeram os outros Estados.

O Governo português não fez o trabalho de casa.

A carta da Comissária Europeia, Danuta Hubner, no final de Julho, aqui por nós denunciada, **é a prova mais acabada da nossa razão e da incompetência do Governo.**

É uma carta que constitui **um humilhante puxão de orelhas** ao Governo português.

Um puxão de orelhas e um **alerta para a perigosidade e para os atrasos consideráveis que tal atitude comporta.**

Ocorre perguntar, que razão **inconfessável** leva o governo a atrasar o processo?

O atraso na apresentação dos programas operacionais levará a que **os primeiros pagamentos só ocorrerão em finais de 2007, inícios de 2008.**

Os mais prejudicados são, uma vez mais, os agentes económicos, as autarquias, as diferentes instituições.

Mas se o atraso é evidente, que dizer do processo de discussão.

A menos de três meses do prazo limite, o que é que o Governo já fez?

Definiu a si próprio prazos que não cumpriu.

Informa-nos agora o Governo que entrou um texto na Assembleia da República, depois de já o ter entregue aos parceiros sociais.

Senhor Presidente, Senhores Deputados,

O Governo optou por não lançar um amplo debate nacional sobre a matéria mobilizando os portugueses.

O Governo desvalorizou o território não viabilizando a construção de estratégias regionais que permitissem uma lógica de diferenciação das regiões, designadamente Centro, Norte, Alentejo e Algarve.

A discussão, se assim se pode chamar, promovida pelas CCDR's foi frouxa, desconexa, pois nem estes organismos sabiam o que o governo pretendia e ainda hoje não sabem.

Não há memória de um processo tão opaco, quase a roçar o clandestino.

O País precisa de conhecer e discutir, não princípios gerais, mas questões concretas que têm a ver com as soluções.

Faltam respostas concretas, como por exemplo:

Quais são as medidas elegíveis no âmbito dos diferentes eixos?

De que forma se quer promover a competitividade da economia, ou da formação dos recursos humanos?

Quais são as condições de acesso e de apoio?

E quanto à articulação do próprio governo, quem vai mandar em cada programa, ou como vai gerir os programas que são transversais a vários Ministérios?

Já só faltava que o programa temático factores de competitividade não ficasse sob a coordenação do Ministro da Economia como não ficou o Plano Tecnológico, com os



maus resultados visíveis de se privilegiar a ciência em detrimento da economia.

Mas se a discussão falhou e não foi mobilizadora, **a atitude é a mais centralizadora de sempre.**

Desde logo na concepção, discussão e preparação, como já referimos.

Mas também na gestão dos Programas Operacionais Temáticos, que passam a ser geridos centralizadamente.

As autarquias são afastadas do processo decisório.

Os Órgãos de Gestão dos Programas Regionais são centralistas como nunca se viu.

Por último, o que fica bem claro é uma completa falta de estratégia para o País, até agora camuflada com a apresentação sucessiva de planos, tecnológico, para a sociedade da informação, para o investimento em infraestruturas prioritárias, para o crescimento e o emprego ..., etc., etc.

Não se percebe é como se efectuará a sua compatibilização.

Não se dá nenhuma resposta às profundas assimetrias que o País tem.

(...)

A posição do PSD é bem clara.

O QREN tem que se assumir como um motor de desenvolvimento e não na perspectiva de uma cómoda fonte de financiamento do Orçamento do Estado.

O desígnio estratégico é o de fazer com que Portugal atinja em 2013 um nível de rendimento por habitante equivalente a 80% da média da União Europeia a 25.

É um objectivo ambicioso, mas mobilizador.

As nossas prioridades são quatro:

A qualificação das pessoas e das instituições públicas e privadas, respondendo aos desafios da globalização e da sociedade do conhecimento.

O reforço da competitividade da nossa economia com a redefinição do papel do estado, com a diminuição dos custos de contexto e a promoção de uma cultura de empreendedorismo, inovação e criação de valor.

A aposta na **valorização territorial e ambiental** do nosso País, *o que implica revitalizar económica e socialmente o território do interior do País, a criação de sistemas de incentivos de base regional baseados em clusters e a promoção de estratégias regionais sólidas, complementares e modernas.*

A promoção da inclusão social, privilegiando o emprego e a empregabilidade e o combate às bolsas de pobreza, através de medidas de qualificação e reinserção no mercado.

No plano da gestão, defendemos um modelo eficiente e adequado à realização daquele desígnio e à concretização destas prioridades.

Apesar de todos os atrasos e do mau caminho, o Governo pode e deve ainda emendar a mão e seguir uma estratégia correcta.

A aprovação por parte do PS do Projecto de Resolução por nós apresentado seria uma demonstração de abertura e de vontade de corrigir.

Era bom que os Senhores tivessem presente que este quadro abraça mais do que uma legislatura, pelo que há a obrigação de o transformar num instrumento mobilizador, com a participação de todos.

(...)



Intervenção sobre o exercício do direito de voto por meio electrónico para os eleitores que, por motivos de estudo, formação, realização de estágios de âmbito curricular ou profissional, ou por motivos de saúde, ou participação em competições desportivas de carácter regular, se encontrem deslocados da sua área de recenseamento no dia do acto eleitoral

Deputado Manuel Correia de Jesus
Assembleia da República, 18 de Outubro de 2006

(...)

Quero congratular-me, antes de mais, pelo facto de se discutirem hoje, nesta Câmara, quatro Propostas de Lei emanadas das Assembleias Legislativas dos Açores e da Madeira, dando-se assim conteúdo e alcance ao direito de iniciativa legislativa dos parlamentos regionais, tal como se encontra consagrado na Constituição da República Portuguesa.

Cabe-me apresentar a Proposta de Lei n.º 29/X, que implementa o exercício do direito de voto por meio electrónico para os eleitores que, por motivos de estudo, formação, realização de estágios de âmbito curricular ou profissional, ou por motivos de saúde, ou participação em competições desportivas de carácter regular, se encontrem deslocados da sua área de recenseamento no dia do acto eleitoral.

Trata-se de uma iniciativa da autoria da Assembleia Legislativa da Madeira, que pretende reforçar o princípio da participação democrática, permitindo o exercício do direito de voto, por via electrónica, dos cidadãos eleitores que, no dia do acto eleitoral, por motivos de carácter temporário, se encontrem deslocados da área da sua residência.

Constituindo o direito de voto a expressão máxima da soberania popular e um pilar fundamental dos regimes democráticos, o seu exercício deve ser assegurado independentemente do local em que o eleitor se encontre no dia da realização das eleições.

Actualmente existem inúmeros eleitores que, por aqueles motivos, se encontram deslocados da área da sua residência e, por isso, impedidos de exercer o seu direito de voto.

Por exemplo, um estudante de uma Região Autónoma que se encontre a estudar em território continental ou um doente que se desloque ao Continente para realizar exames médicos em período coincidente com um acto eleitoral ou referendário não devem estar impedidos de poderem participar nas



eleições para o Presidente da República, para a Assembleia da República ou para o Parlamento Europeu ou em actos referendários.

Ora, a presente iniciativa visa precisamente pôr cobro a esse tipo de situações.

Obviamente, a Proposta abrange não só os eleitores recenseados nas Regiões Autónomas que se encontrem deslocados, mas também os eleitores recenseados no território do continente que se encontrem deslocados em idênticas circunstâncias.

(...)

Esta Proposta de Lei, a ser aprovada, conforme esperamos, permitirá que um universo bastante alargado de eleitores deslocados, que hoje estão impedidos de votar, mesmo através do mecanismo do voto antecipado, o possam fazer no futuro.

Trata-se, assim, de um importante contributo para combater o fenómeno da abstenção e incentivar a participação política dos cidadãos através do exercício do direito de voto.

E a Proposta fá-lo através de uma forma absolutamente inovadora, já que estatui que, nas referidas circunstâncias, o direito de voto seja exercido por meio electrónico.

Ao estabelecer o voto electrónico presencial como modo de exercício do direito de voto dos eleitores deslocados, a Proposta cria condições para que o acto de votar se torne mais cómodo e mais acessível, contribuindo, também deste modo, para combater a abstenção.

Ao contrário do que sucede nalguns países da Europa (como a Bélgica, a França, a Holanda, a Suíça e o Reino Unido), ou em países de outros continentes (como os EUA, o Canadá, o Brasil, a Venezuela ou a Índia), onde o voto electrónico já se encontra implementado, o direito de sufrágio em Portugal continua a ser exercido de forma tradicional – voto pessoal e presencial, com recolha e apuramento manual.

O nosso sistema de votação, ainda totalmente assente em papel, tem permanecido incólume à evolução das novas tecnologias, não obstante já se terem realizado algumas experiências de voto electrónico, não vinculativas.

Estas experiências foram todas realizadas com sucesso, ao ponto de, em 2005, o relatório da auditoria da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto ter concluído “que a forma bem sucedida como decorreram as experiências piloto torna viável e desejável a realização de testes de voto electrónico vinculativo presencial em próximas eleições”.

Está, assim, demonstrado que o voto electrónico garante, nos dias de hoje, um adequado nível de segurança e fiabilidade, para além de facilitar o exercício do direito de voto, podendo, por isso, contribuir para a melhoria da qualidade da nossa democracia, através de uma maior participação dos cidadãos.

Escusado será acrescentar que o nosso sistema eleitoral está concebido de forma a dificultar, diria mesmo impedir, os eleitores de votarem, ao contrário, por exemplo, do sistema francês que, além de já permitir o voto electrónico, admite, desde há muito, o voto nas respectivas embaixadas e consulados aos eleitores que, por razões profissionais, de formação, de saúde ou até mesmo de férias, não podem estar presentes, no dia das eleições, no local onde se encontram recenseados.

(...)

É chegada, pois, a altura de Portugal, do sistema eleitoral português, caminharem definitivamente em direcção à modernidade. E o primeiro passo nesse sentido poderá ser, precisamente, a institucionalização do voto electrónico em relação ao universo dos eleitores deslocados, naturalmente com os aperfeiçoamentos que se impuserem em sede de especialidade ou de regulamentação da lei.

Ao fazê-lo, a Assembleia da República terá na devida conta esta valiosa iniciativa da Assembleia Legislativa da Madeira para a melhoria da qualidade da nossa democracia e contribuirá substancialmente para o reforço da participação democrática dos cidadãos.

(...)



Intervenção sobre a equiparação, entre o Continente e as Regiões Autónomas, dos preços de venda ao público de publicações não periódicas e de publicações periódicas de informação geral

Deputado Joaquim Ponte

Assembleia da República, 18 de Outubro de 2006

(...)

Há cerca de 10 anos, e sobre este mesmo assunto, um deputado Socialista eleito pelos Açores, veio a esta Câmara dizer o que passo a citar “é com enorme satisfação que o Partido Socialista apresenta hoje um projecto de lei sobre o preço dos jornais, livros e revistas para as Regiões Autónomas. O projecto é um contributo importante para colocar os açorianos e madeirenses numa situação mais próxima daquela em que se encontram os consumidores do Continente pondo termo à discriminação e indiferença”...

E mais adiante concluiu: “Cumpre-se, assim, mais num compromisso com os eleitores assumido pelo PS na campanha eleitoral”.

É certo que não disse qual o prazo de validade dos compromissos que o PS assume com os eleitores em tempo de campanha eleitoral mas, até por isso, seria de esperar que hoje viesse aqui outro deputado socialista, talvez eleito pelos Açores dizer que o PS, senão aprovar esta alteração, vai deixar de cumprir com os compromissos que assumiu com os eleitores Açorianos e Madeirenses, e que vai voltar a discriminá-los relativamente aos consumidores do Continente no preço da aquisição de jornais livros e revistas.

... a lei que agora se propõe alterar por apreciação parlamentar, acabou com um direito consagrado, desde 1996, aos cidadãos residentes nos Açores e na Madeira que lhes garantia o princípio da continuidade territorial no acesso a bens culturais.

Ao não suportar os encargos com as publicações periódicas especializadas o Governo não só discrimina cidadãos do mesmo país consoante o local onde residem ou onde se encontrem, como também se permite ajuizar, com a referência genérica a “publicações especializadas”, sobre quais as publicações cuja leitura constitui um direito ou um privilégio para os residentes nas Regiões Autónomas.

A lei em vigor promove um acréscimo de 20 a 30% no preço da



venda ao público de livros, revistas e jornais discriminando, assim, de forma injusta e inexplicável as populações insulares no direito de usufruírem de bens culturais em igualdade de condições com os cidadãos do restante território nacional.

A proposta do Governo que conduziu à aprovação desta lei mereceu parecer negativo dos órgãos de Governo próprio da Região Autónoma dos Açores, que também, assim, foram inadmissivelmente desconsiderados pelo Governo da República.

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprovou mesmo, por unanimidade, um voto de protesto que para além de referir esta desconsideração diz, e passo a citar, “os Açorianos perderam direitos que tinham e passaram a ter mais encargos no acesso à informação e ao conhecimento, que constituem direitos e garantias constitucionais que não podem ser afectados pela mera vontade centralista e autoritária de um governo” fim de citação. Repito este texto foi aprovado, por unanimidade, na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

...esta legislação veio revogar um conjunto de medidas que atenuavam

a distância, que combatiam a geografia, que promoviam a divulgação da cultura, que estimulavam o acesso à imprensa, que facilitavam a leitura e que colocavam os populações insulares em pé de igualdade com outros cidadãos, também portugueses, residentes no território continental.

Entendemos, também, que não faz qualquer sentido a diferenciação de tratamento que se criou entre publicações especializados e publicações de informação geral.

O que faz sentido, e é justo, é que os Açorianos e os Madeirenses, tal como os outros portugueses tenham direito de aceder, em condições de igualdade e ao mesmo preço, aos livros e publicações periódicas e não periódicas de carácter geral ou especializadas, como se vivessem no território continental da República.

Somos, todavia, sensíveis às

preocupações no sentido de introduzir maior disciplina e rigor no funcionamento do regime de equiparação de preços. Mas para isso, em vez de se discriminarem as populações insulares, que se melhore a fiscalização e se introduzam na lei as correcções necessárias e suficientes para evitar abusos e a utilização indevida de regime.

É o que, de alguma forma, se procura fazer com a proposta de lei que apresenta a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, que irá por isso merecer o nosso voto favorável e que, esperamos, mereça também o voto favorável da Câmara e em especial do Partido Socialista que, estou certo, não deixará de ser solidário com as posições unanimemente assumidas pelos órgãos de governo próprio da Região Autónoma dos Açores.

(...)

AGENDA PARLAMENTAR

Semana de 23 a 29 de Outubro de 2006

Proposta de Lei n.º 99/X (Orçamento do Estado para 2007) Audições em sede de Comissão de Orçamento e Finanças



Intervenção no debate sobre o QREN

Deputado José Eduardo Martins
Assembleia da República, 13 de Outubro de 2006

(...)

Estamos hoje pela primeira vez e por iniciativa do PSD a discutir algo de substancial sobre o próximo período de programação financeira da EU na Assembleia da República.

A dois meses do início da aplicação daquela que vai ser seguramente uma fundamental e derradeira alavanca do nosso processo de desenvolvimento na história recente a chocante incapacidade do Governo para produzir um documento que responda a este grande designio nacional e sobretudo a obsessão em esconder as suas poucas ideias – evitando todo o tipo de debate público sobre a matéria – legítima os piores receios sobre o resultado do processo e naturalmente sobre a capacidade de quem nos governa de mobilizar em termos adequados tão importantes recursos financeiros.

Por de trás desta sigla que ainda tão poucos interiorizaram – QREN – está no fundo em questão a capacidade do país de aproveitar os últimos recursos significativos da política de convergência para fazer o país recuperar o atraso em relação ao pelotão da frente europeu.

Efectivamente, passados os primeiros 20 anos de integração europeia e aplicação de mais de 50 ME através dos fundos estruturais e de coesão Portugal recuperou de uma extraordinário atraso em termos de redes infraestruturais e de equipamento social mas na verdade persistem hoje diversos problemas estruturais na nossa sociedade, economia e território que carecem de uma intervenção estrutura e planeada, em tudo avessa a simples pirataria pelo bolo dos fundos com que os ministros deste governo se tem entretido em recados de jornal uns para os outros, todos anunciando mundos e fundos para sua quinta, o seu projecto, o seu TGV a sua OTA o seu saquinho por muito desligado ...

Continuamos infelizmente a ser um país marcado por profundas assimetrias que o tornam do ponto de vista económico e social como um dos menos coesos da Europa, temos uma economia caracterizado pela baixa produtividade em relação aos nossos parceiros a que não é alheio o peso significativo de actividades tradicionais levadas a cabo em estruturas empresariais com uma dimensão pouco sensível à necessidade de adaptabilidade e inovação.

É por isso urgente que o próximo QREN seja portador do objectivo de



propiciar a economia portuguesa a conquista de outros níveis de produtividade e de posições competitivas mais elevadas que permitam potenciar verdadeiras dinâmicas de convergência real com a União Europeia conforme apontam muitas das linhas de orientação propostas neste projecto de resolução apresentado.

Mas não é menos verdade muito do nosso atraso estrutural encontra a sua razão de ser num baixo nível de qualificação do nosso tecido social e empresarial. Apesar dos progressos registados a partir dos finais da década de 80 Portugal é seguramente dos países da EU onde o nível de habilitações da população activa é um dos principais estrangulamentos à produtividade.

É portanto evidente e omnimodamente reconhecida a necessidade de o QREN ter instrumentos de acção neste domínio privilegiando acções imateriais em matéria de qualificação e de valorização do potencial humano, da inovação e do efectivo desenvolvimento da sociedade do conhecimento.

Por último e muito importante prevê também este projecto de resolução a construção, no domínio do QREN das respostas à dimensão territorial dos nossos constrangimentos estruturais promovendo uma verdadeira dimensão estratégica das políticas públicas relativas a infra-estruturas e equipamentos colectivos.

Sucede contudo que apesar de estarmos a discutir este projecto três meses depois da sua entrada na mesa

num altura em que ainda se imaginava possível que o Governo cumprisse os limites que a si próprio tinha traçado na Resolução do Conselho de Ministros de Março deste ano. i.e a elaboração QREN e PO's para elaboração até ao final de Julho de 2006, somos hoje confrontados com a um quadro de inação que começa a assumir contornos de escândalo nacional.

A menos de três meses do que devia ser o início real de aplicação dos fundos o Governo limitou se a aprovar em CM a dita resolução que desrespeitou em menos de três meses e uma espantosa deliberação em que sem se estripar, porque não o preparou, em qualquer documento estratégico ou orientador se dividiu dinheiro pelas diferentes regiões sem cuidar de explicar como ou porquê o fez nem em obediência a que estratégia de desenvolvimento.

É caso para dizer que o QREN e a estratégia nacional de desenvolvimento que lhe deve subjazer se existem e estão a ser preparados é na clandestinidade. Depois de umas discussões curtas e redondas sempre sobre a decantação dos mesmo objectivos estratégicos de resto definidos à equipa de projecto do QREN pelo Governo anterior chagamos agora a uma fase em que depois das reprimendas da Comissão parece circular em privado um projecto de QREN mas não há qualquer vislumbre de quem e quando deve preparar os PO temáticos e os regionais.

(...)

O PSD manifesta o seu mais vivo repúdio por esta forma ínvia de trabalhar um documento e uma

estratégia mais importante para o futuro que a esmagadora maioria dos repetitivos, redondos e autofágicos programas, planos estratégias e novelas com que o Governo nos tem distraído da sua inacção desde que tomou posse.

E manifestamos a nossa mais viva preocupação pelas consequências deste atraso e desnoite.

Em face deste atraso o novo tempo do Governo é agora entregar a Bruxelas os documentos de programação (QREN+PO's) no início de Novembro.

Isto significa que até ao fim deste mês o QREN e os PO's têm de estar feitos e aprovados. Ora bem se, como se sabe, só recentemente é que o projecto de QREN começou a circular e a deliberação aprovada em conselho de ministros, pura e simplesmente não inclui as decisões fundamentais para que os Programas Regionais sejam elaborados.....como é que isto vai ser possível!

Porque é que os PO's regionais não podem estar a ser feitos?

Porque os PO's regionais, que só vão ter FEDER, vão actuar nas tipologias factores de competitividade e de valorização do território. A deliberação não define o que é que fica nuns e o que é que fica noutros. Aliás, em bom rigor e ao nível de conteúdos, tanto a RCM como a deliberação só estabelecem objectivos generalistas para os programas. E estes objectivos são tão vastos que quase tudo cabe neles. Por exemplo: o financiamento do projecto Alqueva fica no PO valorização do território (PVT) ou fica no PO Alentejo? As plataformas logísticas de nível 1 (nacionais: LVT, Sines e Porto) ficam no PVT ou ficam nos regionais? E a OTA e todas as farónicas propostas do SR. Ministro das Obras publicas onde vão ficar?

Porque é que a elaboração dos PO's regionais é crucial? Num quadro de agravamento de assimetrias entre as regiões portuguesas, como bem assinala a proposta de resolução em discussão, resulta evidente a necessidade de conceber PO's cujas prioridades de intervenção são definidas em função de quadros estratégicos formulados para o território-alvo. Isto é, os PO's regionais têm de acertar na mouche e para isso têm que ser bem formulados.

(...)



Intervenção sobre a proposta de convocação de um novo referendo sobre o aborto

Deputado Luís Marques Guedes
Assembleia da República, 19 de Outubro de 2006

(...)

O Grupo Parlamentar do Partido Social-Democrata vai votar favoravelmente a proposta de convocação de um novo referendo sobre o aborto.

Fazemo-lo por um imperativo de coerência que sempre mantivemos sobre esta matéria.

Recordo aqui que, em 2004, quando então nos opusemos a uma proposta de convocação de referendo, afirmámos que entendíamos ser a próxima legislatura, esta, o momento adequado para voltar a consultar os portugueses.

E já no ano passado, quando a maioria socialista procurou instrumentalizar politicamente este assunto, misturando-o com os actos eleitorais que tínhamos pela frente, deixámos claro que para nós, a realização do referendo só devia ter lugar, após esse ciclo eleitoral.

Estão, pois, hoje, reunidas as condições para devolver aos portugueses a pronúncia sobre a manutenção ou a alteração da lei do aborto.

Também sobre essa pronúncia, mantemo-nos coerentes com a posição que sempre tivemos – entendemos que o aborto é uma questão que se inscreve na esfera da consciência individual de cada um, não cabendo ao Partido dar qualquer orientação ou exigir qualquer disciplina de voto aos seus apoiantes ou aos seus Deputados.

Caberá a cada um de nós, a cada português, decidir de acordo com a sua consciência.

(...)

A questão do aborto não é uma questão qualquer.

Mexe com valores e com princípios em que assenta a maneira como se olha a sociedade, interpela a consciência individual de cada cidadão, e afirma um padrão de referências que se quer transmitir às novas gerações.

Tudo, a merecer um debate que não seja abusivamente condicionado, e antes favoreça uma expressão livre, esclarecida e participada, própria de uma cidadania madura.

Tudo, a desaconselhar a instrumentalização partidária e a



manipulação política das opções de cada um, quando não a utilizar a questão como arma de arremesso ou manobra de diversão de agendas estritamente partidárias.

Por estas razões, o facto de o debate referendário, tudo o indica, se ir realizar em adequadas condições de dignidade e serenidade constitui, por si só, uma vitória do bom senso e uma derrota de todos os que tudo fizeram, e por todos os meios tentaram, que isso não acontecesse.

Compreendo que, talvez por vergonha das asneiras cometidas ao longo de todo este processo, o Partido Socialista queira agora passar uma esponja e fazer tábua-rasa das suas anteriores posições.

Só que essa vergonha não está alicerçada num sério arrependimento. Às vezes, parece até o contrário.

Alguns responsáveis socialistas, a começar pelo primeiro de entre eles, parece mesmo que não têm o discernimento nem praticam a humildade de reconhecer a asneira, reincidindo publicamente na tentativa de politização do debate.

À minguia de convicções fortes e confiança na justeza dos seus argumentos, optam pela via gratuita do insulto, exibindo uma incompreensível agressividade e uma enorme falta de respeito por todos quantos ousam pensar diferente deles próprios.

É uma atitude que em nada contribui para a elevação do debate, e que só desqualifica quem a toma.

(...)

O Partido Social Democrata não se envergonha das posições, sempre

coerentes, que tomou ao longo deste processo.

Não se envergonha nem quer passar qualquer esponja sobre aquilo que sempre disse.

Vale a pena, por isso, relembrar aqui qual foi a posição do Grupo Parlamentar do PSD, nos três debates que no ano passado sobre este assunto travámos nesta Assembleia.

Clarificando a posição política do PSD, eu próprio tive oportunidade de então afirmar, sobre a realização ou não realização do referendo e sobre o momento em que o referendo deve ter lugar:

(passo a citar)

“Vamos à primeira questão:

O PSD não tem objecção à realização de um novo referendo sobre o aborto, durante esta legislatura.

É um compromisso político inscrito no programa eleitoral do partido socialista, com o qual se apresentou às eleições de Fevereiro último.

O resultado eleitoral claro então obtido, legitima o partido socialista a avançar com esta iniciativa durante a legislatura.

É, de resto, um bom princípio, um princípio salutar, o de respeitar os compromissos eleitorais assumidos perante o eleitorado.

A posição de não objecção que o Partido Social Democrata tem, é, também, conhecida desde a campanha eleitoral.

Recordo que dissemos, então, que pela nossa parte não tomaríamos iniciativa na matéria, mas que não nos oporíamos à sua convocação, se essa viesse a ser a vontade maioritária do Parlamento.

Dissemo-lo, e mantêmo-lo. (...)

Deixo aqui claro que se o actual Presidente da República entender convocar o referendo para depois das eleições presidenciais, tal decisão não merecerá qualquer oposição ou reparo pela parte do Partido Social Democrata.

É aqui que entronca a segunda questão.

A de saber qual o momento em que o referendo deve ter lugar.

À nossa frente temos, nos próximos três meses, um exigente



calendário político-eleitoral.

Estamos em plena recta final da campanha eleitoral para as eleições autárquicas, e iniciou-se já, com particular agitação e animação, digase, a pré-campanha para as presidenciais. (...)

Acresce, que a este exigente calendário eleitoral ainda se vai sobrepôr o calendário orçamental. (...)

Um calendário intenso e um debate participado e duro, dentro e fora do Parlamento, pelas medidas polémicas e restritivas que seguramente vai impor ao País.

Ora, fica por demais evidente que a relevância política e nacional destas matérias não abre espaço para a introdução, neste período, de um outro debate nacional, e logo sobre um assunto tão sério como é o do aborto. (...)

Entra pelos olhos adentro que seria como meter o Rossio na Betesga, prejudicando gravemente qualquer participação cívica séria, em alguns ou em todos destes assuntos.

Ainda por cima, os senhores sabem que só por masoquismo é que se imporia um tão louco calendário aos portugueses, com três actos eleitorais em três meses.

É que não há aqui nenhuma questão de “agora ou nunca”, pelo contrário.

Disse, e reafirmo, que não levantamos qualquer obstáculo a que o referendo seja convocado para depois das eleições presidenciais.

Haverá, então, todas as condições para a realização do debate sereno, participado e com as condições de elevação que o assunto merece.

Só mesmo quem queira furtar-se a essa participação e a essa elevação, é que pode desejar o contrário.” (fim de citação)

(...)
Não podia ter sido mais frontal, nem mais clara, a posição dos Deputados do PSD.

Como frontal e clara foi, também, a nossa posição sobre a pergunta a formular no referendo.

Num primeiro momento, há também que recordá-lo, o Partido Socialista apresentou e fez aprovar uma alteração à lei que visava duas mexidas essenciais:

- a liberalização do aborto realizado nas primeiras dez semanas de gravidez, e

- o alargamento, para as dezasseis semanas de gravidez, do prazo para o aborto terapêutico, quando fundado em razões de natureza económica e social.

Fez aprovar essa alteração à lei mas, dissimuladamente, propunha-se colocar a referendo apenas a primeira destas questões, subtraindo dessa consulta a segunda alteração, aliás de imensa gravidade.

O PSD denunciou, com veemência, essa manobra.

E se, teimosamente, ao longo do debate parlamentar não tiveram a hombridade de o reconhecer, a verdade é que, meses depois, deram o braço a torcer e corrigiram a sua própria proposta, dela retirando por completo a segunda das questões enunciadas.

É este o ponto em que hoje nos encontramos.

Temos um projecto de lei, aprovado na generalidade, que já só se propõe introduzir a despenalização do aborto quando livremente realizado nas primeiras dez semanas.

E temos uma proposta de pergunta que se reconduz a isso mesmo.

É o reconhecimento, implícito, embora tardio, de que o PSD sempre tivera razão.

(...)
Ultrapassadas as asneiras em que o Partido Socialista e o Bloco de Esquerda, à compita, se precipitaram, prejudicando a seriedade com que esta matéria deve ser encarada, parecem de facto reunidas as condições para se avançar com a proposta de consulta aos portugueses.

Pese embora os primeiros sinais de infeliz politização a que já me referi, e que espero não passem disso mesmo – de afirmações infelizes –, é agora ao Senhor Presidente da República que cabe decidir sobre a convocação e a data de realização deste referendo.

Confio em absoluto no critério que o Senhor Presidente da República entender utilizar, certo de que será sempre uma boa decisão.

Faço votos para que o debate nacional e o processo de devolução da decisão aos portugueses que agora se inicia, decorra com a elevação, a tranquilidade e a profundidade de análise que o assunto tem, de nós todos, merecer.

Sem radicalismos, nem insultos. Sabendo afirmar convicções e aceitar diferenças.

Sempre respeitando as opiniões de quem não pensa como nós.

Para que cada português, em consciência, livremente decida o seu sentido de voto.

(...)

O PSD PERGUNTA

Requerimento ao Ministério da Saúde
Curso VMER para enfermeiros

MENDES BOTA

Requerimento ao Ministério da Saúde
Eventual encerramento do Serviço de Urgências do Hospital Distrital de Anadia

JOSÉ MANUEL RIBEIRO

Requerimento ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Sobre a recente abertura do novo troço da A25, entre Boaldeia e Mangualde
JOSÉ CESÁRIO / ANTÓNIO ALMEIDA HENRIQUES / MELCHIOR MOREIRA / CARLOS ANDRADE MIRANDA

Requerimento ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Conclusão do IC 8 que liga Prouença-a-Nova à A23
RIBEIRO CRISTÓVÃO / MIGUEL MACEDO / JORGE COSTA

Requerimento ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

IC 6 - Ligação da Covilhã a Coimbra
RIBEIRO CRISTÓVÃO / MIGUEL MACEDO / JORGE COSTA

Requerimento ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Construção do IC31, na sua ligação entre Termas de Monfortinho e a A23, em Castelo Branco
RIBEIRO CRISTÓVÃO / MIGUEL MACEDO / JORGE COSTA

Requerimento ao Ministério da Saúde

Sobre a Proposta de Rede de Serviços de Urgências - Hospital de Macedo de Cavaleiros
REGINA RAMOS BASTOS / EMÍDIO GUERREIRO / ADÃO SILVA / ANA MANSO / JOSÉ RAÚL DOS SANTOS / FERNANDO NEGRÃO

Requerimento ao Ministério da Saúde

Sobre a Proposta de Rede de Serviços de Urgências - Hospital de Vila do Conde
REGINA RAMOS BASTOS / EMÍDIO GUERREIRO / ANA MANSO / JOSÉ PEDRO AGUIAR BRANCO / PEDRO DUARTE / JOSÉ RAÚL DOS SANTOS / SÉRGIO VIEIRA / FERNANDO NEGRÃO / MIGUEL SANTOS

Requerimento ao Ministério da Saúde

Sobre a Proposta de Rede de Serviços de Urgências - Hospital de São José, em Fafe
REGINA RAMOS BASTOS / EMÍDIO GUERREIRO / ANA MANSO / JOSÉ PEDRO AGUIAR BRANCO / PEDRO DUARTE / JOSÉ RAÚL DOS SANTOS / SÉRGIO VIEIRA / FERNANDO NEGRÃO / MIGUEL SANTOS

Requerimento ao Ministério da Saúde

Sobre a Proposta de Rede de Serviços de Urgências - Hospital Conde de São Bento, em Santo Tirso
REGINA RAMOS BASTOS / EMÍDIO GUERREIRO /



O PSD PERGUNTA

ANA MANSO / JOSÉ PEDRO AGUIAR BRANCO / PEDRO DUARTE / JOSÉ RAÚL DOS SANTOS / SÉRGIO VIEIRA / FERNANDO NEGRÃO / MIGUEL SANTOS

Requerimento ao Ministério da Saúde
Sobre a Proposta de Rede de Serviços de Urgências - Hospital de Curry Cabral, em Lisboa

REGINA RAMOS BASTOS / EMÍDIO GUERREIRO / ANA MANSO / ANTÓNIO SILVA PRETO / ARMÉNIO SANTOS / JOSÉ DE MATOS CORREIA / JOSÉ RAÚL DOS SANTOS / FERNANDO NEGRÃO / DUARTE PACHECO

Requerimento ao Ministério da Saúde
Sobre a Proposta de Rede de Serviços de Urgências - Hospital de São João da Madeira

REGINA RAMOS BASTOS / LUÍS MONTENEGRO / JOSÉ MANUEL RIBEIRO / JORGE TADEU MORGADO / EMÍDIO GUERREIRO / ANA MANSO / JOSÉ RAÚL DOS SANTOS / FERNANDO NEGRÃO

Requerimento ao Ministério da Saúde
Sobre a Proposta de Rede de Serviços de Urgências - Hospital de Nossa Senhora da Ajuda, em Espinh

REGINA RAMOS BASTOS / LUÍS MONTENEGRO / JOSÉ MANUEL RIBEIRO / JORGE TADEU MORGADO / EMÍDIO GUERREIRO / ANA MANSO / JOSÉ RAÚL DOS SANTOS / FERNANDO NEGRÃO

Requerimento ao Ministério da Saúde
Sobre a Proposta de Rede de Serviços de Urgências - Hospital Visconde Salreu, em Estarreja

REGINA RAMOS BASTOS / LUÍS MONTENEGRO / JOSÉ MANUEL RIBEIRO / JORGE TADEU MORGADO / EMÍDIO GUERREIRO / ANA MANSO / JOSÉ RAÚL DOS SANTOS / FERNANDO NEGRÃO

Requerimento ao Ministério da Saúde
Sobre a Proposta de Rede de Serviços de Urgências - Hospital Dr. Francisco Zagalo, em Ovar

REGINA RAMOS BASTOS / LUÍS MONTENEGRO / JOSÉ MANUEL RIBEIRO / JORGE TADEU MORGADO / EMÍDIO GUERREIRO / ANA MANSO / JOSÉ RAÚL DOS SANTOS / FERNANDO NEGRÃO

Requerimento ao Ministério da Saúde
Sobre a Proposta de Rede de Serviços de Urgências - Hospital José Luciano Castro, em Anadia

REGINA RAMOS BASTOS / LUÍS MONTENEGRO / JOSÉ MANUEL RIBEIRO / JORGE TADEU MORGADO / EMÍDIO GUERREIRO / ANA MANSO / JOSÉ RAÚL DOS SANTOS / FERNANDO NEGRÃO

Sobre a Proposta de Rede de Serviços de Urgências - Hospital do Fundão
REGINA RAMOS BASTOS / EMÍDIO GUERREIRO / ANA MANSO / JOSÉ RAÚL DOS SANTOS / FERNANDO NEGRÃO / RIBEIRO CRISTÓVÃO

Requerimento ao Ministério da Saúde
Sobre a Proposta de Rede de Serviços de Urgências - Hospital do Montijo

REGINA RAMOS BASTOS / EMÍDIO GUERREIRO / ANA MANSO / ANTÓNIO SILVA PRETO / ARMÉNIO SANTOS / JOSÉ DE MATOS CORREIA / JOSÉ RAÚL DOS SANTOS / FERNANDO NEGRÃO / DUARTE PACHECO

Requerimento ao Ministério da Saúde
Sobre a Proposta de Rede de Serviços de Urgências - Hospital Arcebispo João Crisóstomo, em Cantanhede

REGINA RAMOS BASTOS / EMÍDIO GUERREIRO / ANA MANSO / PAULO CASTRO RANGEL / JOSÉ RAÚL DOS SANTOS / FERNANDO NEGRÃO / MIGUEL ALMEIDA

Requerimento ao Ministério da Saúde
Sobre a Proposta de Rede de Serviços de Urgências - Hospital de Peso da Régua

REGINA RAMOS BASTOS / EMÍDIO GUERREIRO / ANA MANSO / JOSÉ RAÚL DOS SANTOS / FERNANDO NEGRÃO / RICARDO MARTINS

Requerimento aos Ministérios dos Negócios Estrangeiros e da Educação
Ensino de Português no Estrangeiro
JOSÉ CESÁRIO / CARLOS ALBERTO GONÇALVES

Requerimento à Presidência do Conselho de Ministros
Condições de circulação das viaturas oficiais
LUÍS CARLOTO MARQUES

Requerimento ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Estrada de ligação entre as localidades de Santa Catarina e Alcáçovas (Alcácer do Sal - Viana do Alentejo)
LUÍS RODRIGUES

Requerimento ao Ministério da Saúde
Encerramento do serviço de urgência do Hospital D. Luiz I, no Peso da Régua (CHVRPR)
RICARDO MARTINS

Requerimento ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Troço da EN 238 entre Fundão e Tomar
RIBEIRO CRISTÓVÃO / JORGE COSTA

Requerimento ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações
EN 351 Isna de Oleiros - Pontão de Laranjeiro (IC 8)
RIBEIRO CRISTÓVÃO / JORGE COSTA

Requerimento ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Ligação da A 23, em Castelo Branco, a Portalegre
RIBEIRO CRISTÓVÃO / JORGE COSTA

Requerimento ao Governo
Atribuição das receitas do IVA à Região Autónoma dos Açores
MOTA AMARAL / JOAQUIM PONTE



Intervenção sobre a subida do preço da electricidade para o consumidor doméstico

Deputado Mário Patinha Antão
Assembleia da República, 18 de Outubro de 2006

(...)

Diz a sabedoria popular que uma má notícia nunca vem só.

Anteontem, através do Orçamento para 2007, as famílias ficaram a saber que o Ministro das Finanças lhes vai aumentar a carga fiscal para um nível que bate todos os recordes.

Ontem, através da Imprensa, ficaram a saber que o Ministro da Economia acha bem que a factura da electricidade das suas casas aumente 15,7%, a partir do próximo mês de Janeiro.

Estranha conceito de equidade e justiça social, o deste Governo –

Por um lado, tira de surpresa mais dinheiro às pessoas de rendimentos modestos e médios, para alimentar o desperdício da máquina do Estado que se mostra incapaz de reduzir;

E, por outro, com insustentável leveza, obriga todos os consumidores domésticos, e apenas eles, a pagarem a ineficiência do Sistema Eléctrico Público e os lucros anormais que consentiu aos produtores de energias renováveis.

Acresce que, se o Governo nada fizer, acontecerá o mesmo nos próximos dois anos.

Isto é, os bodes expiatórios que o Governo escolheu – os 5,3 milhões de pequenos consumidores, famílias e empresas – voltarão a ver a sua factura da electricidade aumentada, em mais de 10% ao ano.

Façamos um pequeno parêntesis.

E se esta moda pegar no Governo, e amanhã, por exemplo o Ministro do Ambiente e Ordenamento do Território vier a aplicar o mesmo na factura da água ou do saneamento básico?

(...)

Atalhemos esta política do Governo enquanto é tempo.

Ela é de tal forma desastrosa, desequilibrada e injusta, numa matéria de tão grave ressonância económica e social,

Que o PSD requer que se realize sobre a matéria um debate de urgência nesta Câmara.

Para que os Portugueses se possam informar devidamente sobre o problema que está em jogo;

E para que os Portugueses possam apoiar uma solução saída desta Câmara que, ao contrário da solução do Governo, seja justa, equilibrada e válida para o futuro.

(...)

O problema que está em jogo chama-se Défice Tarifário e ele atingiu, em 2006, cerca de 400 M€ (0,3% do PIB).

Em parte, ele era inevitável, e atingiu toda a União Europeia, fruto dos aumentos exorbitantes que os preços internacionais de petróleo e gás natural (31% e 16%) conheceram em 2005.

Mas, noutra parte, o nosso Défice Tarifário é apenas gordura que o Governo, não só não quer eliminar, como até acha bem que aumente.

Essa gordura constitui a maior parte do chamado Custo Económico de Interesse Geral e reside, designadamente, em duas vertentes:

1ª Na recusa deste Governo, em exigir às Grandes Empresas produtoras e distribuidoras do Sistema Eléctrico Nacional, ganhos de eficiência que se traduzam na eliminação de perdas na rede e na baixa dos seus custos operacionais, no mínimo de 20%.

2ª No sobre custo que o Governo obriga a rede pública a pagar pela energia eléctrica produzida por fontes de energia renováveis, por ter aceite, neste tipo de Concursos, a garantia de lucros anormais que o lóbi dos concorrentes lhe exigiu.

E o pior, ainda estará para vir, se o Governo mantiver esta sua inércia.

É que à medida que o peso das energias renováveis aumentar, no nosso cabaz das fontes primárias de energia eléctrica, o Défice Tarifário, produzido



por esta gordura, continuará a aumentar.

(...)

Este é o problema em jogo.

Perante ele, que fez o Governo?

Decidiu, através do Decreto-Lei nº 90/2006, de 24 de Maio, que todo o Défice Tarifário teria que ser pago pelos consumidores domésticos e apenas esses.

É, provavelmente, a primeira vez na História da Política Económica que são os mais pobres, a subsidiar, com a magreza dos seus rendimentos, o aumento da gordura dos mais ricos.

(...)

Seria, para nós, uma violação ética grave pactuar com isto.

E, por isso, vos instamos a combater connosco este estado de coisas.

Perante isto, quais são as vias a explorar para criarmos uma solução Justa e Equilibrada?

Vejam os que outros fazem à nossa volta.

Em Espanha, onde o Défice Tarifário era seis vezes superior ao nosso, o Governo impôs um período de ajustamento tarifário de 15 anos, em vez dos três anos de que, em Portugal, dispomos.

A União Europeia advoga uma política, em todo o espaço europeu em que:

Toda a indústria produtora e distribuidora de electricidade participe nos custos do Défice Tarifário e elimine a sua gordura;

Sejam reajustados os planos de carga nas indústrias eléctrico - intensivas para laborarem mais nos períodos de menor consumo energético;

A renovação e a construção de novos edifícios de escritórios e lares, bem como os respectivos consumidores, se envolvam em novas práticas ambientais de poupança de energia.

Face a tudo isto que fez o Governo?

Nada.

Aprovou uma RCM, há um ano, com estes princípios e depois esqueceu o assunto.

E o rol de omissões e inércias do Governo não acaba aqui.

(...)

Os portugueses não são bodes expiatórios da inércia e irresponsabilidade deste Governo.

Cabe-nos a nós, Deputados desta Câmara, suprir esta insustentável leveza governamental.

Por nós, não enjeitamos esta responsabilidade.

O PSD entregou hoje, por isso mesmo, um requerimento a solicitar a realização de um debate de urgência com o Governo, nesta Câmara.

Esperamos que a maioria não se furte a esse debate.

(...)

O Orçamento do nosso descontentamento

Luís Paes Antunes (*)

Ao ouvir nesta segunda-feira, o ministro das Finanças na apresentação do Orçamento do Estado de 2007, não pude deixar de pensar nas célebres palavras de Ricardo, duque de Gloucester, na cena inicial da peça de Shakespeare que leva o seu nome. Sim, aquelas em que nos afirma ter o Inverno do nosso descontentamento sido convertido em glorioso Verão, enterradas que estavam, no mais interno fundo do oceano, todas as nuvens que ameaçavam a nossa casa.

Decretado o fim da crise poucos dias antes - *embora rapidamente se percebesse que, tal como no caso de Mark Twain, também aqui a notícia da sua morte era manifestamente exagerada* - chegava, depois de longa e ansiosa espera, o orçamento da mudança, do rigor, da estratégia credível. Da (enfim!) tão anunciada redução da despesa pública, que todos nós fomos habituados a tratar carinhosamente por “O monstro”.



Não foram precisas muitas horas para perceber que as expectativas, mais uma vez, saíram defraudadas. Os anúncios repetidos ao longo das últimas semanas haviam feito crer que talvez fosse desta. Que ali, ao virar da esquina, começava a desenhar-se um Estado mais eficiente e mais poupado, selectivo nos investimentos, mas determinado em dar uma nova esperança aos portugueses. Um país menos sobrecarregado pelos impostos. Infelizmente não é assim. Pode sempre dizer-se que a responsabilidade não é do Governo, foi da esquina que se afastou. Mas há certamente explicações mais convincentes.

E depois há os mistérios. Como explicar que o Estado, alegadamente, irá encolher 25%, quando afinal a despesa pública orçamentada aumenta de 70 para 72 mil milhões, ou seja, uns “miseros” 400 milhões de contos na nossa antiga moeda? Encolhe, mas gasta mais? Como explicar que a despesa pública aumenta mais no próximo ano (2,6%) do que no corrente ano? Não era suposto ser o contrário? E como explicar que as transferências para as Estradas de Portugal sejam de 532 milhões quando só a factura no próximo ano para pagar as Scut está orçamentada em 705 milhões? Voltaram as práticas de desorçamentação?

Depois há o resto. Que, infelizmente, são sobretudo más notícias. Regressam os tantas vezes negados aumentos de impostos, uns mais visíveis como os dos combustíveis ou da ADSE, outros mais encapotados como a tributação agravada dos reformados. Persiste a redução em baixa do investimento público. Ou seja, corta-se sobretudo onde não se deve, continuando a gastar-se mais no dia-a-dia com o aumento da receita proporcionada pelo agravamento dos impostos e pelos cortes no investimento. Faz-me lembrar uma frase de um outro Inverno do nosso descontentamento: “O dinheiro não cura a doença, Só modifica os sintomas.” Mal sabia John Steinbeck que a 45 anos de distância, resumiria tão bem a proposta de Orçamento do Estado para 2007.

– (*) Deputado, Vice-Presidente do PSD, Advogado, sócio de PLMJ & Associados. ©DN

Notícias do Algarve

Continua a sangria financeira do Algarve, no OE

A proposta de lei de Finanças Locais do governo socialista, se for adiante como está, já se sabe que significa uma perda global de 70 milhões de Euros para os municípios algarvios, nos próximos 7 anos, ou seja, uma quebra de 26%.

O QREN, e se com alguma dose de ingenuidade se acreditar nas palavras do Ministro do Ambiente e Desenvolvimento Regional, significa para o Algarve passar dos 1.090 milhões de Euros do III Quadro Comunitário de Apoio que agora termina, para 553 milhões de Euros nos próximos 7 anos, ou seja, uma quebra de 50%. Pode ser pior!

Só faltava saber-se agora que, na proposta do Orçamento do Estado para 2007, o Algarve é o quinto distrito do país mais penalizado relativamente a 2006, em termos do PIDDAC regionalizado, passando de 171,8 milhões de Euros, para 105,1 milhões de Euros, ou seja, uma quebra de 39%.

Vai longe o ano de 2002, em que o Algarve foi contemplado com 333,7 milhões de Euros no PIDDAC regionalizado, ou o ano de 2001, em que recebeu na altura a segunda maior capitação desse mesmo PIDDAC (608,00 E por habitante).

Em 2007, o Algarve vai receber a nona capitação do continente (266,00 E por habitante), e todos sabemos como todos os cálculos feitos para o Algarve na base da capitação ficam



longe das verdadeiras necessidades de quem tem que construir e manter infra-estruturas para mais de um milhão de utentes, e não apenas para os seus 400.000 residentes.

Veja-se o quadro da evolução do PIDDAC/Algarve:

ANO	PIDDAC *	PIDDAC/capita **	RANKING
2001	240,2	6086°	
2002	333,7	844 2°	
2003	263,4	667	5°
2004	241,3	611	3°
2005	262,2	664	5°
2006	171,8	435	5°
2007	105,1	266	9°

* Em milhões de Euros

** Em Euros

As más novas não se ficam por aqui. Ainda recentemente, o mesmo Ministro do Ambiente e Desenvolvimento Regional declarou publicamente que, se os algarvios quiserem a Barragem de Odelouca, terão que pagá-la na factura da água que consomem.

E agora, ao abrir mão do célebre modelo das auto-estradas SCUT, fazendo algumas delas pagar portagem já em 2007, fica a porta de certos critérios muito discutíveis, aberta para que a Via do Infante venha, muito proximamente, provavelmente já em 2008, a ser sujeita a portagem.

Não foi este mesmo Ministro das Obras Públicas quem declarou há um ano atrás, na Assembleia da República, que a aplicação de portagens nas SCUT's era "fatal como a morte!...?"

E o mesmo governante, prepara-se para fazer tábua rasa de uma das promessas eleitorais mais emblemáticas com que o Partido Socialista venceu as eleições no Algarve, e ignorando a catástrofe que seria voltar a entupir o tráfego na Rua 125 que atravessa o Algarve de uma ponta à outra.

Há um ano atrás, o PSD afirmou que o Orçamento do Estado para 2006, tinha sido o pior do milénio para o Algarve. Estava-se longe de imaginar que o Orçamento do Estado para 2007 seria muito pior. Com a agravante de se acumularem os golpes financeiros profundos numa Região que não merece este tratamento por parte de um governo que aqui obteve a sua mais alta percentagem eleitoral. A sangria financeira do Algarve continua. Até quando?

- A Comissão Política Distrital do PSD/Algarve

Notícias de Leiria

A CPD do PSD, a Lei das Finanças Locais e o Orçamento do Estado

A Comissão Política Distrital de Leiria do Partido Social Democrata (PSD), alargada aos Presidentes de Secção do PSD, procedeu à análise da proposta de alteração das finanças locais e da proposta de Orçamento do Estado para 2007, designadamente dos investimentos públicos previstos no PIDDAC para o próximo ano, decidiu tornar público o seguinte comunicado:

1. O Partido Social Democrata do Distrito de Leiria repudia energicamente a proposta de alteração de finanças locais do Governo socialista, que nos seus fundamentos principais aponta para uma redução significativa das transferências financeiras para as autarquias locais e compromete gravemente a autonomia do poder local;

2. O PSD do distrito de Leiria reitera a sua forte preocupação face aos sinais de prepotência política do Governo socialista, em particular no cumprimento do objectivo nacional de coesão socioeconómica dos concelhos mais desfavorecidos do interior, gravemente prejudicados com a implementação dos novos critérios de atribuição dos fundos municipais;

3. O PSD do distrito de Leiria denuncia a forma irresponsável como o actual Governo socialista pretende penalizar os concelhos do Distrito de Leiria no próximo Orçamento do Estado, subtraindo a esta região mais de 40 milhões de euros face ao ano anterior e 70 milhões de euros face a 2005, relegando o distrito de Leiria para a penúltima posição no ranking nacional do investimento público.

4. Em consequência, o PSD do distrito de Leiria exorta os deputados e dirigentes do Partido Socialista a prestarem uma explicação pública sobre as razões que determinaram a discriminação política desta região, facto sem paralelo na última década e que certamente irá contribuir para o atraso de importantes investimentos públicos na região.

5. Por último, o PSD do distrito de Leiria manifesta a sua máxima confiança nos autarcas eleitos para que, mesmo em circunstâncias tão adversas, possam realizar alguns dos projectos essenciais ao desenvolvimento da nossa região. - Comissão Política Distrital de Leiria do PSD

Ciclo de Conferências sobre 20 anos de Lei de Bases do Sistema Educativo

A Comissão Política de Secção do PSD de Braga está a organizar, desde 20 de Outubro, um Ciclo de Conferências que versa os 20 anos da Lei de Bases do Sistema Educativo, tendo em vista debater alguns temas actuais que preocupam a sociedade portuguesa em geral e a comunidade educativa em particular.

Ao promover o debate em torno de quatro grandes temas nacionais – a carreira docente, a gestão e organização escolares, o sucesso, o insucesso, o abandono escolar e o ensino profissional – pretendeu a CPS-PSD de Braga não só reflectir sobre a bondade (ou não) da Lei de Bases como também analisar e debater os temas propostos à luz da realidade local e regional.

As quatro Conferências decorrerão no Auditório da Junta de Freguesia da Sé, entre as 21 e 30 e as 23 horas, num formato em que se associa à intervenção de um orador principal a presença de dois comentadores, que mais irão catalisar o debate com todos os participantes nestas iniciativas, envolvendo Sindicatos, Associações de Pais, Professores e Autarcas.

A Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE) foi publicada em 14 de Outubro de 1986, há exactamente 20 anos. Trata-se de uma lei que estabelece o quadro geral do Sistema Educativo Português. Dos 64 artigos que constituem a Lei, recordamos alguns dos princípios gerais, como o direito à educação e à cultura; a democratização do ensino com uma efectiva igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares; a liberdade de aprender e ensinar; impedimento do Estado de programar a educação e a cultura segundo quaisquer directrizes filosóficas, estéticas, políticas, ideológicas ou religiosas; a não-confessionalidade do ensino público; o direito à criação de escolas



particulares e cooperativas.

Poderá afirmar-se que a Lei pretende conceber a sociedade portuguesa em termos da sua identidade nacional, da sua vocação universalista e europeia, da sua independência e solidariedade entre todos os povos do mundo.

A Comissão Política Concelhia do PSD pretendeu, pois, assinalar a passagem de duas décadas da lei fundamental do Sistema Educativo, assim optando por promover este Ciclo de Conferências para debater alguns temas actuais que preocupam a sociedade portuguesa em geral e a comunidade educativa em particular.

Ao promover o debate em torno de quatro grandes temas nacionais – a carreira docente, a gestão e organização escolares, o sucesso, insucesso, abandono escolar, e o ensino profissional – pretendeu a

CPS-PSD de Braga não só reflectir como analisar e debater os temas propostos à luz da realidade local e regional.

O programa completo deste Ciclo de Conferências é o seguinte:

1) “Carreira Docente” - 20/Out/06, 21:30

Conferencista: Dr. João Henrique Carvalho Dias Grancho, Presidente da Associação Nacional de Professores

Comentadores: Dr. José António de Matos Diniz Pinto, Professor licenciado do Ensino Básico e Dra. Lígia Maria Teixeira Costa, Professora do 1º ciclo;

Moderador: Dr. Carlos Alberto Pereira, Presidente do Conselho Executivo da Escola Secundária Artística Conservatório de Música Calouste Gulbenkian.

2) “Gestão e Organização Escolares” - 3/NOV/06, 21:30

Conferencista: Doutor João Formosinho Sanches Simões, Professor Catedrático do Instituto de Educação da Criança da Universidade do Minho.

Comentadores: Dr. Joaquim Machado, Professor e ex-Presidente de Conselho Directivo e Dr. José Augusto de Araújo, Presidente da Comissão Executiva da Escola Secundária das Taipas.

Moderador: Doutor Bento Duarte Silva, Professor Associado do Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho.

3) “Ensino Profissional” - 17/NOV/06, 21:30

Conferencista: Doutor Joaquim Azevedo, Presidente do Instituto de Educação da Universidade Católica, Porto.

Comentadores: Dr. José Oliveira, Director Pedagógico de Escola Profissional e Dr Cláudio Marques, Director de Escola Profissional

Moderador: Doutor Manuel Joaquim Cuiça Sequeira, Professor Catedrático Aposentado da Universidade do Minho.

4) “Sucesso, Insucesso e Abandono Escolar” - 23/NOV/06, 21:30

Conferencista: Doutor José Manuel Canavarro, Professor da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

Comentadores : Doutor Leandro da Silva Almeida, Professor Catedrático do Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho e Dr. Carlos Aguiar Gomes, Presidente da Associação Famílias.

Moderador: Drª. Filomena Bordalo, Assessora Principal do Quadro do Centro Distrital de Segurança Social de Braga e Vereadora na Câmara Municipal de Braga.

Fica pois lançado um desafio à população bracarense e à sua comunidade educativa para reflectir e debater o estado do seu sistema educativo, participando activamente neste conjunto de iniciativas.

- Comissão Política do PSD de Braga (CPS-PSD Braga)



Notícias de Cascais

Moradores do Bairro da Torre vivem com medo

Tráfico de droga, pequenos roubos, insegurança e casas degradadas são algumas das preocupações dos moradores do Bairro da Torre, em Cascais. Vivem sobressaltados com as manifestações de violência que ocorrem naquele aglomerado habitacional construído nos anos 70 para famílias de pescadores.

Aliado ao clima de insegurança, que dizem viver, está a degradação das habitações, provocada pela idade das construções ou pela tinta dos graffiti que ostentam ameaças a quem passa. Queixam-se de pequenos roubos, do tráfico e consumo de droga e de “marginais que deambulam nas ruas, principalmente nas imediações do parque infantil, e que se metem com quem passa”.

“É uma situação que se repete dia após dia”, refere Maria Isaura. Com 52 anos de idade, a residente diz ter nascido ali: “Lembro-me de brincar com os vizinhos até à noite, desde pequenina. Agora, quando chego do trabalho ao fim da tarde tenho medo de passar em certas ruas.”

Habitado na sua maioria por residentes idosos e agregados familiares de reduzidos recursos económicos, a Torre é um dos primeiros bairros de carácter social construídos no concelho de Cascais.

“Ultimamente, são mais evidentes pequenas concentrações de

indivíduos que consomem droga e a traficam, o que vem criando alguma insegurança aos residentes, sobretudo os mais idosos que pouco saem do Bairro”, diz José Nobre, outro morador.

Adianta que a proximidade com o Bairro da Cruz da Guia, outro bairro de cariz social, “possibilita que esses indivíduos tenham mais hipóteses de poder circular e consumir em locais diferentes”.

“Parasitas da sociedade”

Para Alexandre Amaro, também residente local, “os problemas que existem são causados, sobretudo, por gente sem inserção social, que faz do álcool, da droga, da parasitação da sociedade ou da bandidagem, o seu modo de vida e desta maneira faz refém uma maioria de pessoas de bem”.

Para quem lá mora, a solução assenta num maior policiamento. Atenta a esta situação está a Associação dos moradores do Bairro da Torre e da Cruz da Guia.

A Associação já denunciou esta realidade à Câmara Municipal de Cascais, à Polícia de Segurança Pública e à Polícia Municipal.

A PSP já tem referenciados alguns fogos onde alegadamente se pratica o tráfico de droga, bem como a recepção de artigos roubados.



No entender do novo comandante da PSP de Cascais, Pinto Aires, esta não é uma situação especial já que, disse, “em termos gerais, todos os bairros de realojamento são problemáticos e o da Torre não é excepção”.

No entanto, pede a participação dos residentes na solução do problema. Diz que “deveria haver uma atitude mais interveniente da população para denunciar e alertar os órgãos policiais dessas situações”. Pinto Aires sublinha que “a PSP reconhece que é um dos pólos da maior instabilidade social” e adianta que está em curso o estudo e a análise dos problemas “para equacionar a forma mais correcta de minimizar a insegurança”.

O comandante da Polícia Municipal de Cascais, Domingos

Antunes, já tinha avançado que, “depois da época balnear, a intervenção da PM iria incidir com maior influência no interior do concelho”.

Domingos Antunes referiu à Imprensa que “o Bairro da Torre vai ser, seguramente, um dos núcleos habitacionais para onde vamos direccionar as nossas forças”.

Refere ainda que há 15 dias foram retirados cerca de 20 carros abandonados que serviam de local de encontro para vários indivíduos. Por outro lado, vai ser disponibilizado um carro-patrulha e será reforçado o policiamento. Isto porque a Polícia não ignora os apelos da associação de moradores, “com quem pretendemos continuar a colaborar”, diz. – Fontes, Lusa, DN, CMC

Notícias da Amadora

Mobilidade Urbana, novas realidades e novas atitudes, segundo a JSD local

A Mobilidade Urbana, novas realidades e novas atitudes, suscitaram à CPS da Amadora a JSDA algumas reflexões, que nosa foram enviadas por aquela organização e que transcrevemos:

A complexidade da vida urbana levou à existência de todo um conjunto de problemas que anteriormente não existiam.

A concentração demográfica no litoral do nosso país, e muito em particular na Área Metropolitana de Lisboa, fez com que viessem ao de cima todo um conjunto de deficiências ao nível do planeamento de políticas públicas capazes de responderem às novas realidades.

A saber, estima-se que na área Metropolitana de Lisboa residam

cerca de 2 661 850 habitantes, correspondendo a quase ¼ da população nacional.

Em apenas 3128 km² reside 27% da população de Portugal continental, contendo uma população activa de 1,3 milhões de pessoas, onde estão sedeadas 30% das empresas nacionais e onde se localiza 37,2% do emprego nacional.

Números sem dúvida impressionantes!

A dimensão destes números levamos a concluir que os actuais instrumentos de planeamento e execução, tanto a nível central como a nível local ainda não se adequaram a estas novas realidades.

Esta desadequação é uma

realidade para assuntos como o planeamento urbano, o ambiente, políticas sociais entre outros.

Porém gostaríamos de destacar, neste momento, a problemática da mobilidade urbana.

Com as recentes campanhas em relação ao Metropolitano e à Carris, apercebemo-nos com outra profundidade da não adequação das políticas sectoriais em relação a esta área tão importante para a nossa qualidade-de-vida.

A descoordenação entre entidades públicas, o autismo da tutela em relação ao poder local e aos legítimos representantes dos cidadãos, a desresponsabilização e desadequação das empresas públicas

em relação às necessidades das populações são infelizmente uma realidade que a Juventude Social Democrata não pode ignorar.

Em pleno século XXI deveríamos estar a caminhar para um modelo de mobilidade adequada às novas necessidades, em que as prioridades fossem a conjugação da eficiência das novas soluções técnicas com um respeito pelo ambiente sempre norteados por uma cultura de serviço das necessidades das populações.

Porém esta não é a realidade!

Na actualidade assistimos a uma crescente utilização do transporte individual.

Apesar dos investimentos no sistema de transportes públicos, ainda

Notícias da Amadora

é apelativo para os cidadãos a utilização do seu transporte individual.

A desadequação da rede de transportes às novas realidades derivadas do crescimento urbano, a falta de integração dos diversos sistemas públicos de transportes, a ainda diminuta qualidade do serviço público no que diz respeito à eficácia e ao conforto são factores altamente penalizadores de uma verdadeira

política de qualidade na área da mobilidade urbana.

O diagnóstico parece claro. Agora é tempo de apresentar soluções e de apontar caminhos.

Assim defendemos:

- O real funcionamento da Autoridade Metropolitana de Transportes, como entidade pivot de um sistema integrado de transportes para a AML

- A participação das autarquias

nas estruturas accionistas das empresas públicas de transportes, com a consequente participação dos seus representantes nos respectivos conselhos de administração

- Coordenação de medidas que promovam a utilização de energias amigas do ambiente,

- Apoio ao desenvolvimento por parte de autarquias ou operadores privados de programas que limitem o uso de transporte individual

- Benefícios fiscais para Autarquias, empresas ou outras instituições que promovam formas cooperativas de transporte,

privilegiando a qualidade de vida das pessoas e o seu bem-estar

A Juventude Social-democrata considera estas medidas indispensáveis para a melhoria da qualidade de vida das populações numa área onde este Governo tem marcado passo.

Não nos limitamos a criticar e a apontar o dedo. Apresentamos medidas que derivam do bom senso e das reais necessidades das populações.

Portugal não pode esperar mais! - **CPS/JSD- Amadora**

Notícias de Oeiras

Declaração política do PSD na Assembleia Municipal

Na última reunião da Assembleia Municipal, no passado dia 20, o líder da bancada PSD, dirigindo-se à Mesa, ao Executivo e outros membros da edilidade e da AM, fez uma declaração política, da qual destacamos:

Nos últimos dois meses verificou-se uma alteração substancial, no executivo municipal de Oeiras.

Até há pouco apenas os vereadores do Movimento IOMAF, detinham pelouros, ou seja apenas a este movimento, cabia a responsabilidade política de gestão da Câmara Municipal de Oeiras.

Aos demais membros do executivo municipal caberia a função de fiscalizar os seus actos.

Atenta a sua composição tratava-se de um executivo claramente minoritário.

Nos últimos dois meses esta situação política alterou-se, mediante o acordo estabelecido entre os senhores vereadores do Partido Socialista e o Movimento IOMAF, permitindo a formalização de uma coligação entre este Movimento e o Partido Socialista.

A coligação Verde/ Rosa

Ora, antes de mais, importa saudar democraticamente o principal beneficiado deste acordo – o senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras e o seu Movimento – os quais, de uma situação politicamente desfavorável de minoria no executivo camarário, através este acordo passarão a dispor de uma maioria no executivo, maioria esta que não lhes foi concedida nas urnas.

Esta benefício é tanto mais impressionante, se tomarmos em consideração como sérias, a queixa à Comissão Nacional de eleições, as

acusações de apedrejamento da sede socialista por apoiantes IOMAF e as declarações abundantemente feitas pelos vereadores do Partido Socialista na campanha eleitoral, que passamos a citar: “... não consigo perceber como é que alguém que é suspeito pode ser candidato àquilo que justifica o seu estatuto de arguido. No limite, isto é o mesmo que aceitar que Carlos Cruz possa presidir à comissão de Protecção de Menores, ou BiBi seja candidato à Provedoria da Casa Pia”. Fim de citação, retirada do “Expresso” de 17 de Setembro, feita pelo senhor Vereador Emanuel Martins.

Ou ainda ao jornal “Correio da Manhã” da mesma altura, exprimindo idênticas afirmações.

Ora este mesmo senhor Vereador propõe-se agora a ser o colaborador directo, de quem comparou de forma tão “elegante” a outros arguidos de um outro processo-crime.

Colaborador directo, uma vez que a delegação de competências que recebeu depende única e exclusivamente da vontade do senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, de quem tão mal disse.

Para certos actores políticos, palavras serão apenas palavras, e para estes actores políticos, existirá sempre como desculpa para as suas incoerências, a máxima proferida por um ilustre dirigente desportivo: “O que hoje é verdade, amanhã é mentira”.

Mas nesta matéria a incoerência dos vereadores do Partido Socialista não se esgota nas palavras, importa também nos actos.

Os senhores vereadores do Partido Socialista votaram contra o orçamento e o plano de actividades para o ano de 2006, que agora, por força das responsabilidades distribuídas pelo Senhor Presidente da Câmara de Oeiras, terão de

executar, ou seja terão de cumprir um orçamento e um plano de actividades que rejeitaram.

De duas uma, ou a rejeição do orçamento e o plano de actividades municipal, pelo Partido Socialista foi um acto irreflectido e não sério, ou a sua adesão às causas defendidas pelos “Bi-Bi” de ontem reflecte a sua verdadeira forma de pensar.

Devem pois os senhores vereadores do Partidos Socialista, uma explicação clara aos munícipes, pois se o voto inicial foi – para eles – sério e consistente, ninguém consegue perceber o porquê deste acordo, que os levará voluntariamente a executar um orçamento e um plano de actividades que rejeitaram.

Em entrevista a um Jornal Local a justificação política deste acordo, seria o bem municipal, que todos os senhores vereadores têm de ajudar a governar a Câmara, e que no passado sempre se fizeram acordos desta natureza.

Quanto ao alegado “a bem do município”, temos de referir que este conceito nos faz recordar, o “a bem da nação” do Estado Novo.

Ora se o conceito é o mesmo, apenas temos de lamentar que os senhores vereadores do Partido Socialista tenham esquecido a velha ética republicana, trocando-a pelo conceito corporativo “a bem do município”.

Quanto ao facto de no passado terem existido acordos de igual natureza, nada mais falso.

Os acordos havidos no passado foram estabelecidos entre partidos políticos, sendo que este foi celebrado entre um partido político e um movimento de cidadãos de natureza populista.

O acto eleitoral de 2005, foi um acto eleitoral sem comparação com os havidos no passado, quer pelas listas

que se apresentaram a sufrágio, quer pela forma como decorreu, quer pelas declarações proferidas pelos vários candidatos.

Nunca na vida municipal em Oeiras, houve tamanha diferenciação de projectos e formas de estar. Mais: nunca no passado houve um candidato, hoje Presidente da Câmara Municipal, com uma credibilidade tão debilitada.

Ou seja os acordos havidos no passado, não podem justificar a coligação verde/rosa, que se propõe governar Oeiras até ao termo do actual mandato.

É também de referir mais uma incoerência dos Srs. vereadores do Partido Socialista, que ao contrário da proposta do Governo Socialista, aceitam acumular pelouros e administrações de empresas municipais remuneradas.

O Silêncio dos órgãos distritais e nacionais dos Socialistas, sobre Oeiras, é ensurdecedor.

Ao Partido Socialista competirá justificar – quer aos seus militantes, quer aos seus eleitores – esta coligação.

O Partido Socialista será pois solidário, a partir do momento da aceitação de pelouros, com as venturas e desventuras dos seus parceiros de coligação e dos seus membros.

Aqueles que hoje se propõem colaborar com o Poder Autárquico de Oeiras, e suportá-lo, o PSD diz: “Nós, Não!”. Não colaboraremos.

Exerceremos as funções que os munícipes de Oeiras nos atribuíram ou seja, seremos Oposição. É que tanto se serve os interesses de Oeiras e dos seus munícipes, exercendo funções executivas, como fiscalizando o exercício do poder executivo, escrutinando os actos de gestão.

Mais: tendo em atenção as circunstâncias específicas – e de todos

Notícias de Oeiras

conhecidas – deste mandato autárquico, o papel da Oposição é agora mais importante do que no passado.

Assim o faremos: seremos oposição e não seremos colaboradores da actual maioria. “Nós, Não!”

A vida política de Oeiras tem tido, nos últimos vinte anos, quase sempre os mesmos protagonistas, quer no

exercício do poder, quer na oposição. O projecto que apresentaram no passado, serviu para resolver carências passadas, e diga-se sem reboços, antes com espírito de Justiça, que serviu bem.

O passar do tempo salienta cada vez com maior nitidez, o falhanço de alguns projectos, por quase todos abraçados. Mas como tudo na vida,

existe um momento em que os projectos se esgotam, assim como os seus protagonistas.

Para nós, PSD, este é o momento de virar a página, de mudar de projecto e de protagonistas.

Não que o serviço público prestado por inúmeros autarcas no passado não seja relevante, que o é, e muito, mas porque ao fim de mais de vinte anos é tempo de mudar, porque nada é eterno, muito menos

o exercício do poder, o qual é por definição, em democracia, transitório.

O PSD considera essencial elaboração e apresentação de um novo modelo de desenvolvimento, para Liderar Oeiras.

Para que Oeiras não seja conhecida apenas pelos maus motivos, mas pelas boas razões, como já sucedeu.

Convidamos todos – mas todos – a juntar-se a nós. – **PSD/Oeiras**

Notícias de Lisboa

Reina a desorientação e o conflito entre os Socialistas na Autarquia: por causa de Carrilho, a Concelhia retira confiança política ao vereador Gaioso Ribeiro e pede a sua demissão!

A Comissão Política Concelhia de Lisboa do PS, anunciou no sábado, a “retirada da confiança política” ao vereador Nuno Gaioso Ribeiro, “convidando-o” a demitir-se do cargo.

A decisão do secretariado do PS/Lisboa surge na sequência da publicação, na edição de sexta-feira do Diário de Notícias, de uma entrevista onde Nuno Gaioso Ribeiro acusa o vereador Manuel Maria Carrilho de ter na autarquia um comportamento político “irresponsável, ausente e displicente”.

“Embora reconhecendo o direito à crítica, quando ela for construtiva e apresentada nos órgãos próprios, o que não aconteceu, não podemos permitir que um manifesto caso de vaidade pessoal se transforme num facto criado sem nenhuma correspondência com a realidade”, lê-se numa nota do PS/Lisboa.

No comunicado, o secretariado do PS/Lisboa adianta que deliberou, “por unanimidade”, retirar a confiança política ao vereador Nuno Gaioso Ribeiro e, consequentemente, “convidá-lo a demitir-se do cargo que exerce em nome do PS”.

Também por unanimidade, o secretariado do PS/Lisboa reiterou a sua confiança em Manuel Maria Carrilho, manifestando a sua “solidariedade” para com o vereador socialista.

O PS/Lisboa reconhece ter sido ficado surpreendido com a entrevista do “número dois” socialista na câmara de Lisboa, que foi “um motivo de profundo desagrado”.

“Surpresa, porque parte substancial da entrevista, constitui um ataque pessoal e político ao cabeça



de lista do Partido Socialista para a Câmara Municipal de Lisboa” O secretariado socialista de Lisboa assinala ainda “a nova fase de combate político” à maioria, que o PS iniciou com “maior acutilância e visibilidade”, considerando que este tipo de declarações “desvia a atenção das pessoas do essencial para questões secundárias e pessoais”, em nada contribuindo para a estratégia socialista.

Na entrevista ao Diário de Notícias, Nuno Gaioso Ribeiro considera haver “algumas deficiências na oposição do PS” na Câmara de Lisboa, considerando que a imagem que fica neste primeiro ano de

mandato é “de que quem a fez foi sobretudo o Bloco e o PCP, e muito pouco o PS”.

Nuno Gaioso Ribeiro classifica ainda a liderança da equipa socialista por Manuel Maria Carrilho como “ausente e displicente”.

“Tem tido um comportamento político irresponsável. No todo, deve ter participado em cerca de um terço das propostas totais da CML. Não esteve envolvido, por exemplo, em votações como o Alcântara 21, orçamento e plano, SRU, Baixa-Chiado, quadro de pessoal ou relatório de gestão da EPUL”, afirmou, sublinhando que isso “compromete a eficácia de todo o grupo dos

vereadores do PS na CML”.

“Durante um período achei que era uma questão conjuntural. Mas ao fim de um ano passa a ser estrutural. O meu silêncio foi de alguma paciência, mas a certa altura passaria a ser de cumplicidade”, acrescentou.

Questionado se Manuel Maria Carrilho “é um problema”, Nuno Gaioso Ribeiro disse que a resposta deverá ser dada pelo próprio vereador socialista.

“É conforme ele quiser. Pode ser parte da solução ou parte do problema. Até agora tem sido parte do problema. No futuro ele verá”, sublinhou.

Câmara vai manter IMI e derrama inalterados, em 2007

A Câmara vai manter sem alterações os actuais valores do imposto municipal sobre imóveis (IMI) bem como a derrama do IRC no próximo ano. Na reunião de câmara realizada da semana passada o vice-presidente Fontão de Carvalho, propôs a manutenção das taxas de IMI em 0,7%, para os prédios urbanos que não tenham sido objecto de nova avaliação fiscal, e de 0,4%, para os restantes. Simultaneamente, o executivo propôs “uma minoração de 20% do valor da taxa a aplicar nos prédios reabilitados e em reabilitação inseridos nas freguesias da Baixa e das áreas críticas da intervenção e reabilitação urbanística” e de 10% para os prédios arrendados para habitação localizados nestas freguesias.

A Câmara propôs ainda “uma majoração de 30% sobre a taxa aplicável a prédios urbanos degradados”.

A aprovação desta proposta foi, porém, adiada por sugestão de Fontão de Carvalho, e com a anuência da oposição, depois de o vereador apoiado pelo BE, Sá Fernandes, ter proposto que os serviços camarários, em cooperação com as empresas de telecomunicações, gás e electricidade, tomassem desde já as medidas necessária para elaborar as listagens de prédios devolutos que deverão ser penalizados em sede de IMI de acordo com a nova legislação do arrendamento. A sugestão foi bem

aceite e entendeu-se que deveria ser ponderada a sua eventual inclusão na proposta do executivo.

Penalização de fogos devolutos

As disposições do novo regime de arrendamento urbano, publicado em Fevereiro deste ano, prevêem a duplicação da taxa de IMI para fogos que se encontrem desocupados. Um decreto-lei, publicado a 8 de Agosto, estabelece os critérios dos fogos devolutos e os procedimentos a seguir.

Segundo o diploma são considerados devolutos os fogos que não tenham contratos com empresas de telecomunicações e de fornecimento de água, gás e electricidade ou que não apresentem facturação.

A lei prevê algumas excepções, designadamente os prédios ou as fracções que sejam destinadas a habitação por curtos períodos, que sejam objecto de obras de restauração, e clarifica que cabe às câmaras a condução de todo o processo.

O executivo municipal aprovou ainda a fixação de uma derrama para o próximo ano de 10% da colecta de IRC, mantendo assim a taxa actual, que corresponde ao limite máximo previsto na lei.

Impostos e Taxas Municipais

Na reunião de Câmara, do dia 18 de Outubro, aprovaram-se ainda os

seguintes impostos e taxas municipais para serem submetidos à aprovação da Assembleia Municipal:

- O percentual de 0,25% relativo à Taxa Municipal de Direitos de Passagem, para vigorar em 2007. Esta percentagem incide sobre a facturação mensal emitida pelas empresas que fornecem redes e serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para os clientes finais na área correspondente ao município.

- O lançamento em 2007 de uma derrama de 10% da colecta do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC), “cujo produto tem constituído uma importante fonte de receitas para o financiamento de despesas de investimento, nomeadamente, em matéria de habitação, de reabilitação urbana, de infra-estruturas viárias e saneamento básico”.

- A fixação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), para vigorar no ano de 2007, em 0,7% para os prédios urbanos contemplados na alínea b) do n.º 1 do art.º 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis e em 0,4% para os prédios urbanos contemplados na alínea c) do n.º 1 do art.º 112.º do mesmo Código.

Será fixada uma diminuição de 20% do valor da taxa a aplicar nos prédios reabilitados e em reabilitação inseridos nas freguesias da Baixa e das Áreas Críticas da Intervenção e Reabilitação Urbanística, que a seguir se discriminam, a aplicar após o decurso do prazo de isenção previsto no art.º 40.º-A do Estatuto dos Benefícios Fiscais: Freguesias de St.º Estêvão, S. Miguel, S. Tiago, S. Vicente, Sé, Castelo, S. Paulo, St.ª Catarina, Encarnação, Mercês, Socorro, S. Cristóvão e S. Lourenço, Anjos, Graça, S. Nicolau, Madalena, Mártires, Sacramento, St.ª Justa, Santos-o-Velho e Lapa.

Redução de 10% da mesma taxa

para prédios arrendados para habitação localizados nas freguesias acima descritas.

Aumento de 30% sobre a taxa aplicável a prédios urbanos degradados, que tenham presentes notificações municipais de intimação ao abrigo do n.º 2 do art.º 89.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro para realização de obras, de modo a colmatar más condições de segurança e salubridade, enquanto durar a situação ou não forem executadas as obras intimadas.

“Tem sido política dos órgãos do Município de Lisboa não fixar a taxa máxima da Contribuição Autárquica, que antecedeu o IMI e do IMI, por se lhes afigurar que um abrandamento da carga fiscal sobre os imóveis poderia contribuir para atrair população para a cidade e para conter a saída das camadas jovens para a periferia”.

Transferência de verbas para a Junta de Freguesia da Pena

Foi também aprovada na reunião do executivo camarário de 18 de Outubro, a transferência de verbas no valor de 34.628,75 (trinta e quatro mil, seiscentos e vinte oito euros e setenta e cinco cêntimos) para a Junta de Freguesia da Pena, dando-se assim seguimento à Moção aprovada por unanimidade pela Assembleia Municipal no passado dia 30 de Maio.

A Junta de Freguesia da Pena encontra-se com grandes dificuldades de funcionamento devido ao ataque brutal de que foram alvo o presidente desta Junta, Armando Luís Coelho da Silva, que viria a falecer vítima deste ataque, bem como outros três funcionários que ficaram gravemente feridos e se encontram de baixa médica por tempo indeterminado.

A Câmara Municipal de Lisboa pretende deste modo apoiar e ajudar a criar as condições para que a Junta da Pena possa voltar a funcionar de forma eficaz. - Fonte; Lusa, CML

Últimas “novidades” sobre o encerramento das urgências hospitalares locais

Uma revista semanal generalista publicou na sua edição da semana passada um artigo sobre o Hospital S. Sebastião, em Santa Maria da Feira e a possível extinção do Serviço de Urgências

Neste artigo são transcritos excertos das entrevistas ao Presidente do CA, Dr. Hugo Meireles e ao Director do Serviço de Urgência, Dr. Jorge Teixeira (que é membro da comissão técnica que elaborou o relatório que defende o encerramento do Serviço de Urgência do Hospital de Ovar).

Páginas tantas, o Director do Serviço de Urgência do Hospital da Feira afirma o seguinte “se os doentes de Espinho forem transferidos para Gaia, como é previsível, e os de Castelo de Paiva para o Hospital do Vale do Sousa, como faz todo o sentido, devido á proximidade, o aumento nem será assim tão substancial. Restam Oliveira de Azeméis que, em princípio, permanecerá com a urgência básica, S. João da Madeira e Ovar”.

O Director do Serviço de Urgência da Feira prossegue dizendo que, no



Notícias de Ovar

caso de Ovar, o aumento quase nem se fará sentir “uma vez que, dos 150 doentes que eles atendem diariamente, 100 já são transferidos de imediato para cá”.

Ora isto é **Mentira!**

Será por IGNORÂNCIA (=INCOMPETÊNCIA) ou é um ERRO INTENCIONAL (=MÁ FÉ)?

A verdade é que dos 165 atendimentos diários no Serviço de Urgência do Hospital de Ovar, apenas

11 são transferidos para Santa Maria da Feira.

E mais, quando o Director do Serviço de Urgência da Feira coloca como hipótese a transferência dos doentes de Espinho para Gaia, então já não se lembra que subscreveu um relatório (página 23) que aponta a transferência dos doentes de Espinho para... a Feira?

Já são muitas contradições que

evidenciam a COMPLETA FALTA DE SUSTENTAÇÃO E CREDIBILIDADE do estudo que o Ministro da Saúde classifica como “um trabalho de enorme valor pela clareza de conceitos, qualidade de análise e equidade das soluções” e “o notável contributo que (os membros da comissão técnica) estão a prestar ao aperfeiçoamento do Serviço Nacional de Saúde, no que respeita ao atendimento de Urgência e de Emergências”.

Coincidências

Um dos membros da Comissão Técnica de Apoio ao Processo de Requalificação das Urgências (a comissão que elaborou o famoso relatório que aponta para o encerramento da urgência do Hospital de Ovar) é o Dr. Jorge Teixeira que, por “coincidência”, é o DIRECTOR DO SERVIÇO DE URGÊNCIA DO HOSPITAL DA FEIRA??? – CPS/PSD-Ovar

Notícias de Santarém

Vasco Cunha é o novo presidente da CPD do PSD

O deputado Vasco Cunha é o novo presidente da Comissão Política Distrital de Santarém do PSD, após as eleições de sexta-feira à noite, em que era o único candidato, segundo os resultados já divulgados.

Dos 1300 militantes com capacidade de voto, participaram 598, o que corresponde a 46 por cento, tendo sido ainda eleitos os deputados Miguel Relvas e Mário Albuquerque, para presidentes da Assembleia Distrital e do Conselho de Jurisdição, respectivamente.

Na sua proposta de candidatura, o novo presidente, que sucede ao euro deputado Carlos Coelho, promete manter a distrital “equidistante e independente de quaisquer movimentações internas que tenham lugar ao longo de todo o mandato, e que visem a disputa da liderança do PSD” a nível nacional.

Em contrapartida, a prioridade é o reforço do trabalho político no distrito, invertendo o histórico de resultados do Partido, inferiores ao que se verifica no conjunto do País.

“Durante todos estes anos, o PSD distrital foi sempre um contribuinte deficitário para o esforço eleitoral que o PSD nacional obtinha”, considera Vasco Cunha, que estabelece como “objectivo estratégico” do seu mandato realizar “as acções necessárias para que no espaço de 10 a 15 anos” esta tendência seja invertida.

No distrito, “o PSD deve ter como objectivo reconquistar o centro do espectro político, de acordo com um projecto reformista – que o PS tenta agora imitar – mas que só nós fomos capazes de verdadeiramente interpretar”, defende o novo presidente da Distrital, que critica também a falta de apoios do Governo ao desenvolvimento da região.

Com o Governo socialista, “há um claro retrocesso de pelo menos de 6 anos” no desenvolvimento da



região, resultado de um claro desinvestimento público no distrito de Santarém”, sustenta o novo líder da Distrital do PSD. – **Fonte: Lusa**

O Presidente da Câmara de Santarém remete “despesas ilegais” para pagamento pelos antigos vereadores por elas responsáveis

O presidente da Câmara de Santarém, Francisco Moita Flores, revelou no sábado passado que vai remeter para os vereadores do antigo executivo (PS) as “despesas ilegais” assumidas no anterior mandato e que

agora chegam à autarquia.

“Recebi facturas de despesas ilegais que não cumpriram os procedimentos “ de cativação e cabimentação das verbas nos serviços da Câmara, explicou Moita Flores (PSD), que vai agora remeter para os antigos eleitos a responsabilidade do pagamento dessas verbas. “Tudo quanto seja despesa ilegal até 25 de Outubro” (data em que tomou posse) será “paga por quem a autorizou”, afirmou o autarca, considerando que a tramitação de grande parte destas verbas não cumpriu os requisitos do Código de Procedimento Administrativo ou da legislação contabilística da Administração Local. Cada uma dessas facturas, referentes a despesas diversas, será remetida para o Tribunal de Contas, que irá avaliar se a Câmara tem obrigação de a liquidar ou não. Caso

a Câmara tenha de pagar a verba, Moita Flores promete assumir o pagamento, mas garante que irá remeter a despesa para os antigos vereadores, através de um “processo cível”.

Se a Câmara não for obrigada a liquidar a despesa, o autarca diz que irá remeter a factura directamente para os ex-vereadores que autorizaram o pagamento e a autarquia “não vai assumir quaisquer responsabilidades”.

“A situação é de tal maneira grave que tenho facturas que me chegam de 2002 e 2003” sem que exista qualquer “registo de cabimentação dessa despesa” na autarquia, explicou Moita Flores.

Com suspeitas de ilegalidade em actos da gestão PS e após buscas da PJ, a Câmara suspende negociação com CNEMA

Buscas da Polícia Judiciária na Câmara de Santarém levaram, na sexta-feira, à suspensão das negociações da autarquia com o Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas (CNEMA), para acerto de contas entre as duas instituições, revelou hoje o vice-presidente do município e que tem a delegação da gestão financeira.

Segundo Ramiro Matos (PSD), parte da documentação levada pelas autoridades diz respeito a um subsídio de 711 mil contos (3,5 milhões de euros) atribuído em Dezembro de 2000 ao CNEMA, sem que fosse referida qual a justificação dessa verba.

Notícias de Santarém

“Nós queremos acertar as contas daquilo que é legalmente devido”, afirmou Ramiro Matos, que remete responsabilidades sobre esta questão para o executivo liderado pelo ex-presidente da Câmara, José Miguel Noras (PS).

Em Dezembro de 2000, a Câmara atribuiu aquela verba, que deveria ser paga com dinheiro e um terreno, então avaliado em cerca de três milhões de euros.

No entanto, as limitações à construção em vigor levaram a uma desvalorização daquele lote, que foi alienado por 1,25 milhões de euros.

Entretanto, nos anos seguintes, a autarquia pagou uma verba de 12 mil euros por mês referente ao subsídio, faltando pagar, segundo o CNEMA, cerca de um milhão de euros.

Agora, após as buscas realizadas pela PJ nos Paços do Concelho nas últimas semanas, o representante da autarquia nos órgãos sociais do CNEMA decidiu suspender as negociações para acertar as contas entre as duas instituições.

Segundo Ramiro Matos, a contabilidade dos créditos era diferente entre a Câmara e o CNEMA, pelo que foi criada uma comissão paritária para definir quais os valores que ainda estavam por liquidar.

“O subsídio não tinha explicação nem justificação”, mas “a Câmara decidiu liquidar”, recorda Ramiro Matos, que admite retomar o pagamento dessa verba, caso as autoridades judiciais entendam que o apoio é legal.



O vice-presidente revelou ainda que vai enviar cópias deste processo à Inspeção-geral de Administração do Território para aferir a sua regularidade. À data do início deste processo e de acordo com o Tribunal de Contas, qualquer subsídio a instituições privadas teria de ser justificado.

Caso as autoridades considerem que o subsídio era ilegal, a Câmara

admite converter o dinheiro que já pagou, em participações sociais na sociedade anónima.

“Sendo o CNEMA um empreendimento estratégico de Santarém, essas quantias podem ser ressarcidas através do aumento do capital social da Câmara de Santarém”, explicou o autarca.

Por seu turno, o presidente da Câmara, Moita Flores, confirmou as buscas, mas não quis comentar o caso.

Contactado pela agência Lusa, João Machado, presidente da Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP) e do conselho de administração do CNEMA, disse desconhecer a decisão da Câmara, remetendo para mais tarde qualquer tomada de posição.

Por seu turno o ex-presidente socialista José Miguel Noras disse “não se recordar das circunstâncias de então que levaram o executivo a atribuir essa verba”.

– Fonte: Lusa, CMS

Notícias de Setúbal

Autarcas discutem lei das finanças locais

Realizou-se em meados deste mês uma reunião geral de autarcas, para discussão da acção política para o presente mandato no Distrito de Setúbal. Presidida por Bruno Vitorino e contando com a presença do Eng. José Ribau Esteves, Presidente da Câmara Municipal de Ílhavo, Vice-Presidente da Comissão Política Nacional dos ASD – Autarcas Social Democratas e Membro do Conselho Directivo da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, os autarcas chegaram às seguintes conclusões:

Estando a ser discutida na Assembleia da República a Proposta de Lei das Finanças Locais, apresentada pelo Governo PS, que terá um impacto negativo na qualidade de vida e bem-estar das populações, os autarcas do PSD eleitos no Distrito de Setúbal, deliberaram:

- Rejeitar a presente proposta da Lei das Finanças Locais;
- Lamentar que o Governo Socialista esteja a efectuar um dos maiores ataques à autonomia do poder local e à capacidade financeira das autarquias, desde o 25 de Abril;
- Defender o reforço da capacidade financeira das autarquias locais e a estabilidade financeira, de modo a combater as assimetrias regionais e a garantir o desenvolvimento local e regional.
- Exigir uma Lei que defenda a autonomia financeira do poder local, com uma justa repartição dos recursos públicos, e que reforce as autarquias com competências e meios de modo a assegurar a qualidade dos serviços e o bem-estar das populações;
- Reafirmar que esta proposta de um Governo Centralista, a ser posta em prática, traduzir-se-á numa perda real da capacidade de investimento das autarquias, resultando da sua aplicação uma ameaça à viabilidade e desenvolvimento de muitos municípios.
- Continuar a promover acções de esclarecimento sobre as consequências desta proposta para a qualidade de vida das populações. – CPD/PSD

Distrital preocupada com encerramento das urgências do Hospital do Montijo

Na sequência de notícias vindas a público relacionadas com a intenção do Ministro da Saúde do Governo PS decretar o encerramento das urgências do Hospital Distrital do Montijo, a Comissão Política da Distrital de Setúbal do PSD, representada pelo seu Presidente Bruno Vitorino e pelos Vogais Jacinto Pereira e Nelson Constantino, e o Deputado à Assembleia da República Luís Rodrigues, reuniram hoje com o Conselho de Administração desta unidade

hospitalar.

O eventual encerramento do serviço de urgências do Hospital Distrital do Montijo está a causar apreensão na população, algo que a verificar-se irá representar uma enorme perda para as populações dos concelhos do Montijo e Alcochete.

Na reunião com o Conselho de Administração do Hospital Distrital do Montijo, o PSD lembrou que o encerramento deste serviço irá agravar a prestação dos cuidados de saúde aos 60 mil habitantes dos concelhos abrangidos, com particular incidência e gravidade nas populações das Freguesias de Pegões, Canha e Santo Isidro de Pegões.

Com o encerramento desta unidade de urgência, e ao contrário das declarações proferidas pelo Sr. Ministro da Saúde, estas populações ficarão a mais de 45 minutos de qualquer serviço de urgência.

Os dirigentes social-democratas afirmaram que a obsessão do Governo em reduzir custos não pode pôr em risco a saúde dos portugueses, sendo necessária a garantia de uma racional e eficiente cobertura de todo o país em recursos humanos e unidades de saúde.

Bruno Vitorino e Luís Rodrigues sublinham que são atendidos nos serviços de urgência do Hospital do Montijo mais de 46 mil utentes por ano, correspondendo a uma média mensal de mais de 4 mil utentes e de 130 utentes diários, sendo que o Governo não pode pura e simplesmente ignorar estes dados.

Foi ainda recordado que nem o Montijo, nem Alcochete, possuem, actualmente, qualquer serviço de Atendimento Permanente no Centro de Saúde e que esta unidade hospitalar é o único serviço de atendimento permanente aos cidadãos.

A Distrital de Setúbal do PSD convida o Sr. Ministro da Saúde a visitar o Montijo para, “in loco”, se inteirar da realidade do concelho, podendo anunciar nessa altura as medidas concretas que visem melhorar a qualidade do sistema de saúde a prestar à população, bem como o que pretende para o futuro do Hospital do Montijo. – CPD/PSD



Notícias dos Açores

Números do desemprego apregoados para o arquipélago são uma “enorme mistificação”

O líder do PSD/Açores defendeu na semana passada que os números do desemprego no arquipélago são uma “enorme falácia”, alegando que a situação real é o dobro da taxa oficial, anunciada como sendo de cerca de quatro por cento.

“Nós temos uma taxa de desemprego que é, pelo menos, o dobro da que é manifestada pelos serviços oficiais”, adiantou Costa Neves, para quem a região deve estar com “oito por cento, ou seja, acima da média nacional”.

Após uma reunião com a delegação da central sindical UGT nos Açores, o dirigente social-democrata salientou, ainda, que o desemprego nas ilhas penaliza “os mais jovens e mais preparados”, o que é contraditório com a necessidade de desenvolvimento da região.

Segundo Costa Neves, os números oficiais não incluem os açorianos que não estão registados nos centros de emprego, os jovens em formação “que não garante empregabilidade”, programas ocupacionais financiados pelo Governo Regional e actividades sazonais, como o Turismo.

Perante isso, os “números do desemprego nos Açores, tal como são divulgados, são uma enorme falácia”, assegurou Carlos Costa Neves.

Após a reunião com os responsáveis açorianos da UGT, o líder do PSD/Açores alertou, também, que as ilhas têm o “rendimento familiar mais baixo do país”, o que demonstra a “falência de um conjunto de políticas do Governo Regional” socialista.



“Não é um conjunto de obras públicas que constitui uma estratégia de desenvolvimento”, afirmou Costa Neves, que realçou que, desta forma, o arquipélago não consegue descolar para níveis de desenvolvimento superiores.

Costa Neves acusa secretário da Educação de mentir aos professores

O líder do PSD/Açores acusou o secretário regional da Educação de mentir aos professores, por dar a entender que a região tem capacidade para alterar o Estatuto da Carreira Docente em negociação a nível nacional.

“O senhor secretário regional da Educação tem mentido quer aos açorianos, quer aos professores, ao fazer sentir que a região tem capacidade para alterar o Estatuto da Carreira Docente, quando não tem”, salientou Costa Neves, depois de um encontro com a delegação açoriana da central sindical UGT.

Segundo o dirigente social-democrata açoriano, o que está a ser discutido a nível nacional entre o Ministério da Educação e os sindicatos, com “alguns aspectos muito penalizantes, é também aplicável aos Açores”.

O líder do PSD/Açores alertou, ainda, que não se faz alterações às condições do ensino “contra os professores”.

Relativamente à greve nacional dos professores, que cumpriu o seu segundo e último dia, Costa Neves criticou a “diabolização sistemática” dos professores, que acaba por pôr em causa “algo essencial para a sua tarefa, que é o seu prestígio”.

Na última semana, o secretário da Educação açoriano admitiu a aplicação nas ilhas de um sistema sem quotas para a avaliação dos professores e mostrou-



Notícias dos Açores

se disponível para negociar com os sindicatos da região, uma solução diferente da proposta pelo Ministério no Continente.

Segundo os sindicatos, o segundo dia de greve dos docentes atingiu cerca de 50 por cento de adesão no arquipélago, uma percentagem que admitiram ter sido “menos expressiva” nas ilhas do que no Continente. Açores: PSD/A acusa bancada PS na Assembleia República de discriminação.

“Economicismo cego” da maioria socialista na Assembleia da República leva a “política discriminatória”

No dia 20, o PSD/Açores acusou a maioria socialista na Assembleia da República de “praticar uma política discriminatória” quando rejeitou, na semana passada, uma proposta que previa a equiparação dos preços da imprensa especializada nas ilhas ao Continente.

“Por culpa de uma maioria insensível, que não hesita em praticar uma política discriminatória”, os açorianos vão estar sujeitos a pagar mais entre 20 a 30 por cento na compra de livros, revistas e jornais de informação

especializada, adiantou a Comissão Política Regional do PSD/Açores.

Em Abril deste ano, o parlamento açoriano tinha aprovado, por unanimidade, uma anteproposta de lei que defendia a equiparação dos preços das publicações especializadas vendidas nos Açores, aos praticados em Portugal Continental.

A proposta do Grupo Parlamentar do PSD/Açores, esta semana rejeitada na Assembleia da República, tinha sido aprovada no parlamento regional, com algumas alterações introduzidas pela bancada maioritária do PS, e que já tinham sido discutidas em sede de comissão.

O documento contestava o aumento do preço dos jornais e revistas que se verificou quando o Governo da República deixou de suportar os encargos com os transportes das publicações entre o Continente e as regiões autónomas.

O PSD/Açores considerou que a rejeição da proposta açoriana pela maioria socialista no parlamento nacional “desrespeita a vontade dos órgãos de governo próprio” da região autónoma e revoga direitos consagrados dos açorianos.

Segundo os sociais-democratas açorianos, esses direitos assentavam no princípio da continuidade territorial no acesso a bens culturais, que estavam consagrados por uma lei de Agosto de 1996.

“Passados dez anos, uma outra maioria socialista, em nome de um economicismo cego, retira esse direito” aos residentes nos Açores, criticou a Comissão Política dos sociais-democratas açorianos. – Fontes: Lusa, PSD/Açores

Notícias de Viseu

Autarquia vai requalificar os bairros periféricos da cidade

A Câmara de Viseu anunciou no dia 18, estar a desenvolver um programa de requalificação dos bairros periféricos da cidade, realizando em cada um deles um inventário dos problemas, que terão solução ou imediata ou no prazo de meio ano.

“O objectivo é a requalificação total de pequenos pormenores, mas que incomodam muito os cidadãos”, explicou o presidente da autarquia, Fernando Ruas, aos jornalistas.

Numa altura em que “as infra-estruturas mais pesadas” estão concluídas ou em processo de conclusão – como o saneamento básico e a água ao domicílio –, “a ideia é agora requalificar os sítios onde as pessoas moram”, passou “à parte dos mimos”, frisou.

Uma árvore colocada demasiado perto da janela de uma casa, um espaço verde que todos os anos seca porque os aspersores estão desligados ou a existência de “grafitti” foram alguns dos problemas já encontrados nos primeiros bairros visitados desde Setembro.

Segundo o autarca, estas são situações “de resolução imediata”, havendo outras que “são para resolver em períodos justificados”, que pretendem não ultrapassarem o meio ano.

Muitas das situações a resolver resultam de problemas com loteamentos, porque “os loteadores, quando fazem lotes, têm necessidade de ter as infra-estruturas para os vender”, mas como as obras não são feitas todas ao mesmo tempo, “de cada vez que intervêm estragam as infra-estruturas”.



“Se a Câmara não está atenta, quando estiver tudo feito, as infra-estruturas estarão todas danificadas”, afirmou, dando como exemplo “o mau aspecto dos lancis, todos cortados”.

Durante uma das visitas foi mesmo encontrada a situação caricata de estar um contador de electricidade provisório colocado numa árvore, num bairro que já é habitado há dez anos.

Para breve está também a requalificação do Rossio, praça

central da cidade onde se situa o edifício da Câmara Municipal, onde será colocada nova iluminação, pontos de água e aplicações no pavimento, num investimento estimado de 500 mil euros.

“A cidade começa a ter problemas de temperaturas elevadas no Verão e há que arranjar pontos de água, bonitos e que ajudem a amenizar o clima”, justificou.

Também a Avenida Alberto Sampaio, onde se situa o Governo Civil e que é marcada sobretudo pelo

comércio, será intervencionada, no sentido de a devolver aos peões, uma vez que os seus passeios são muito estreitos e antigos.

O autarca disse aos jornalistas querer o mesmo tipo de preocupação nas aldeias, tendo dado instruções aos presidentes das Juntas de Freguesia nesse sentido, nomeadamente aconselhando-os a comprar casas em ruínas para demolir e fazer largos.

– Fontes: Lusa, CMV, fotos arquivo PL

Secretariados Nacional e Distrital de Braga realizam encontro-debate sobre reforma da Segurança Social

O Secretariado Distrital de Braga em articulação com o Secretariado Nacional dos TSD-Trabalhadores Social-Democratas, levaram a efeito um encontro-debate sobre a Reforma da Segurança Social, no Hotel Turismo, em Braga.

Apesar do governo já ter anunciado alterações profundas nesta matéria e ter obtido um acordo parcial em sede de concertação, a matéria passará pelo 'filtro' da Assembleia da República, na qual o PSD acredita ser possível salvar a proposta e os portugueses de um futuro muito complicado.

Assim, com a presença do Dr. Luís Pais Antunes (Vice-Presidente do PSD), Dr. Ricardo Rio (Economista e Docente Universitário) e o Dr. João Dias da Silva (Presidente da UGT), moderados pelo Secretário-Geral dos TSD e com o animado debate proporcionado pelos presentes, foi possível escarpelizar e contribuir para uma fundamentação mais rica e segura das nossas propostas tendo em conta o futuro sustentado da Segurança Social.

De facto é preocupante que o governo socialista insista em tratar esta matéria, por ventura mais importante que o código do trabalho, em 'circuito fechado', ou seja, de uma forma pouco séria e nada aberta ao debate. Se é certo que o PSD de uma forma responsável e coerente sempre defendeu a concertação social e dessa forma se enquadra a posição dos Social Democratas na UGT, não podemos deixar de estar preocupados com um projecto socialista que preconiza o aumento da idade da reforma, um aumento ainda maior dos impostos (onde se inclui um desequilibrado aumento da contribuição das empresas que favorece a evasão fiscal), e como se não bastasse assume no seu documento que, no futuro, e ao fim da carreira contributiva só viremos a ter direito a uma reforma de 62% do salário em detrimento dos actuais 80%, e mesmo com esta acumular de situações não consegue travar o buraco financeiro da Segurança Social a médio prazo, que este ano regista o primeiro 'saldo negativo'... e não podemos esquecer que daqui a 45 anos a população reformada será o dobro da actual!

O governo e o PS têm complexos sérios contra o modelo misto, com regras claras e bem definidas, defendido pelo PSD que, a exemplo dos países mais desenvolvidos da Europa, dá outras garantias na repartição das prestações, proporcionando liberdade de escolha aos contribuintes (sem desequilibrar o nível das pensões), menos exposto aos problemas demográficos e prevenindo a evasão fiscal e a exclusão social.

O PS não pode fugir às suas responsabilidades de ter deixado chegar a situação a este ponto, não podendo esquecer que nos últimos onze anos esteve no governo mais de oito!

Este problema transversal a todos os Portugueses exige uma solidariedade intergeracional que a reforma deve motivar quer por medidas de incentivo à natalidade quer ganhando a confiança dos cidadãos ao garantir-lhes transparência na forma como são aplicadas as suas contribuições, protegendo as carreiras contributivas longas e controlando os 'regimes especiais'. – **Serafim F. Rebelo, Presidente do Secretariado Distrital**

Os Autarcas Sociais-democratas criticam o modo como o Governo trata os funcionários públicos

Em comunicado, da segunda semana deste mês, os Autarcas Sociais-democratas consideram «deplorável» que o executivo não «reconheça mérito» aos funcionários públicos.

«É lamentável que, em vez da Reforma da Administração Pública ser feita com sentido de responsabilidade e respeito pelas pessoas que trabalham no sector, o Governo conduza o processo com inaceitável demagogia e populismo, numa estratégia de ganhar a simpatia popular e desviar as atenções dos portugueses, ainda que com o sacrifício da honorabilidade destes profissionais», refere o comunicado.

Esta estrutura do PSD está convicta que a «Administração Pública precisa de mudanças sérias e que estas são exequíveis com a salvaguarda da dignidade dos trabalhadores e com a sua adesão», ao mesmo tempo que apela para que «os funcionários públicos sejam respeitados e não transformados em bodes expiatórios dos erros políticos dos governantes ou das consequências da crise económica, que nos últimos cinco anos vem afectando o País».

– **Fonte: ASD**

Tomada de posse dos novos órgãos da JSD Aveiro



Juventude, Dr. Pedro Ferreira, representante da CPD da JSD Aveiro, Bruno Coimbra, e diversos presidentes e representantes de secções da JSD do distrito de Aveiro.

Depois do jantar seguiu-se um breve período de intervenções. Bruno Coimbra, Dr. Pedro Ferreira e Dr. Ulisses Pereira discursaram na mesma orientação, muito elogiosos para com os órgãos cessantes pela grande entrega e ajuda na causa social-democrata, aproveitando também para referir que depois de tantos anos a JSD aveirense estava viva e activa novamente e que o futuro só poderia ser de esperança pois estava entregue em boas mãos. Por último discursou o novo Presidente da CPS da JSD Aveiro que teceu fortes elogios ao Presidente cessante, Alexandre Caleiro, pela sua colaboração no processo de transição e pela sua prestação e da sua equipa ao longo do mandato que findou recentemente, nomeadamente ao conseguir ajudar a concretizar algo que era um sonho de muitos anos dos sociais-democratas aveirenses, a vitória nas autárquicas, aproveitou também e porque Aveiro está em pleno processo eleitoral distrital para afirmar que seja qual for o cenário futuro, Aveiro a partir de dia 13 de Novembro estará ao lado de quem vencer e na primeira linha de combate político pelas causas e bandeiras da JSD.

Seguiu-se uma breve apresentação das prioridades da JSD aveirense para o mandato que se avizinha, tais como a inauguração de um site oficial e de uma mailing-list, a aproximação aos autarcas e às freguesias, reiterando que a jota deverá estar para os jovens aveirenses e não só para os seus militantes, tendo terminado com a leitura da carta aberta enviada ao Ministro Mário Lino.

CARTA ABERTA AO MINISTRO MÁRIO LINO

Senhor Ministro, como é possível num Governo que tanto tem apregoado (mas ao que se vê não praticado) o rigor e contenção, nomear para Vice-

Presidente duma entidade reguladora tão importante como a ANACOM, alguém que deixou uma dívida na Câmara de Aveiro superior a 200 milhões?

Senhor Ministro, será um prémio para a incompetência e para a irresponsabilidade, dar a esse senhor um emprego em que ganha milhares de contos por mês, para além de muitas mordomias?

Senhor Ministro, não é este o mais descarado exemplo dum “job for the boy”, utilizando uma expressão tristemente célebre do seu camarada (ou quase) António Guterres?

Senhor Ministro, não acha que é ofensivo para todos os Portugueses (principalmente para os que têm sido tão atacados pelo seu Governo, (reformados e pensionistas, professores, funcionários públicos) aumentar de 3 para 5 o número de elementos do Conselho de Administração da ANACOM apenas para “albergar” o antigo Presidente de Câmara que os Aveirenses correram para fora do município?

Senhor Ministro, quando o seu Governo tanto fala de responsabilidade na gestão pública, consegue “empregar” quem tantos maus sinais deu no tratamento dos dinheiros públicos?



Senhor Ministro, a ANACOM tem tão pouco que fazer que o seu Vice-Presidente permanentemente aparece a opinar sobre questões autárquicas, que não só as que dizem respeito aos resultados de uma auditoria, que é devastadora para ele próprio?

Senhor Ministro, a Vice-presidência da

ANACOM é um prémio para quem em 8 anos conseguiu aumentar o passivo da Câmara que geria de 5 para 30 milhões de contos? Não é isto que o seu Governo procura evitar com a nova Lei das Finanças Locais? Então quem se porta assim é premiado pelo seu Governo?

Senhor Ministro, a ANACOM pode ter um Vice-Presidente que desprezita a lei, como refere a Inspeção-Geral de Finanças?

Senhor Ministro, seja coerente com o que diz, e com aquilo com que o Sr. Primeiro-Ministro “enche a boca”, e demita o dito...

A Comissão Política de Secção de Aveiro da JSD

CPD-JSD Porto emite comunicado:

Orçamento de Estado para 2007 no sector do Ensino Superior

A JSD do distrito do Porto está muito preocupada com o futuro do Ensino Superior em Portugal.

Num ano de extrema importância para o Ensino Superior – dada a implementação do Processo Bolonha – observamos que o Governo pretende efectuar um CORTE ORÇAMENTAL de 6,2%. Se a este facto incluímos o valor previsto para a inflação o CORTE REAL será cerca de 9% – 90 MILHÕES DE EUROS!!!

Quando seria importante um investimento que vise a Implementação do Processo Bolonha - acções de formação para os docentes no sentido de aplicarem o NOVO PARADIGMA DE ENSINO/APRENDIZAGEM que a vem trazer, laboratórios e reestruturação dos espaços de aula, constatamos que o Governo apenas quer implementar Bolonha no papel e não na prática.

Este facto, para a JSD do distrito do Porto, é TOTALMENTE INACEITÁVEL.

Entendemos, há muito tempo, que é necessária uma adequação e ajustamento do Ensino Superior Público, seja Universitário ou Politécnico. De facto entendemos que existem licenciaturas a mais que nada fazem além de lançar jovens licenciados no desemprego, como tem sido demonstrado pelos factos vindos a público recentemente.

Os estudantes e as famílias serão os prejudicados com mais este CORTE pois obrigatoriamente levará a um aumento do valor da Propina sem o devido acompanhamento de aumento da qualidade de Ensino e respectivo reforço da Acção Social Escolar, mais uma vez a propina servirá para colmatar o desinvestimento no sector, como já ocorreu no ano passado.

Mais Cortes nos Contratos-Programa e no PIDDAC (Programa de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central) traçam um futuro muito mais negro para toda a comunidade educativa.

É altura do Governo repensar a sua estratégia e rever o Orçamento para o Ensino Superior, pois é melhor ter Humildade Democrática e reconhecer um ERRO ESTRATÉGICO a insistir por um Caminho que só trará efeitos negativos para os estudantes, famílias, professores, Universidades, Politécnicos e consequentemente para o País sob o guarda-chuva de uma maioria absoluta parlamentar.

Comissão Política Distrital da JSD Porto

Tomada de posse dos novos órgãos da JSD Matosinhos



No passado dia 7 de Outubro, decorreu na sede do PSD em Matosinhos a tomada de posse da nova comissão política concelhia da JSD. A cerimónia marcou o ponto de partida para o mandato que se espera activo e profícuo para a estrutura e para a Juventude local. Foi com enorme satisfação que se registou a presença do Presidente da CPD-JSD Porto, Joaquim Pinto, do Dr. Manuel Guedes em representação da CPD-PSD Porto, do companheiro e amigo João Montenegro Vice-Presidente da CPN-JSD, do Dr. Pedro Vinha da Costa, matosinhense e membro da CPN-PSD, entre outros dirigentes, amigos e simpatizantes do PSD e da JSD.

No discurso de tomada de posse, André Cardoso, Presidente da CPC-JSD Matosinhos apontou claramente qual o caminho a seguir, os objectivos a atingir bem como as prioridades para o mandato que agora se inicia. A reter também a mensagem no sentido de uma maior aproximação entre militantes e CPC. Para tal a aposta passará pela realização regular de plenários, onde a intervenção e expressão dos militantes será a única preocupação.

Para terminar este dia da melhor forma os recém empossados reuniram-se num Restaurante de Matosinhos onde conjuntamente com os amigos partilharam a alegria e as expectativas despoletadas por um dia como este.

JSD Lousada regressa ao trabalho com “2009 NO HORIZONTE”

Decorreu no passado sábado, no Speed Bar, o jantar de rentrée política da JSD de Lousada. Num jantar em que a mais representativa estrutura jovem do concelho mobilizou uma centena de jovens, ficou mais uma vez patente a força que esta organização possui no concelho. Estiveram presentes os vereadores Pedro Matias e José António Teixeira, bem como do Presidente da Comissão Política do PSD/Lousada e Presidente da Junta de Freguesia de Nespereira José Oliveira Nunes. De referenciar também a presença de Sandro Sousa, ex. Presidente da JSD local e representante do concelho e de toda a região do Vale

do Sousa na Comissão Política Nacional da JSD.

Após o jantar, decorreram algumas breves palestras, tendo tomado a palavra em primeiro lugar, Pedro Matias, que acompanhado pela equipa que o apoiou nas últimas eleições Autárquicas, evidenciou o quanto foi e é importante para ele e para a sua equipa o trabalho e apoio da JSD.

José Oliveira Nunes enquanto Presidente da Comissão Política do PSD/Lousada pronunciou-se no sentido que a JSD é um alicerce fundamental para o trabalho político partidário do PSD/Lousada, designadamente no que respeita às

eleições autárquicas, uma vez que a juventude é um dos pilares da sociedade civil. Na sua opinião qualquer candidatura para obter sucesso necessita da dinamização e da irreverência da juventude, dando como exemplo a sua recente eleição como Presidente da Junta da Freguesia de Nespereira, onde o seu apoio e trabalho foi fundamental para os resultados alcançados.

Rui Carvalho, Presidente da estrutura local da JSD, realçou que a sua equipa está empenhada e coesa em relação aos objectivos a atingir que passam por ajudar o PSD a conquistar a Câmara Municipal em 2009.

JSD Guimarães alerta para o problema: Droga nas Escolas

A JSD de Guimarães organizou no passado dia 6 de Outubro, uma conferência relativa à problemática do tráfico e consumo de droga nas escolas. Com base em dados estatísticos recolhidos através de um inquérito realizado durante o ano de 2005 junto de 8 escolas, do básico ao secundário, do conselho de Guimarães, a JSD desenvolveu uma iniciativa que contou com presença de oradores de monta, nomeadamente, o Dr. Alves Pinto, o Prof. Paulo Moreira e o Dr. Emídio Guerreiro.

O debate contou com a presença de representantes de várias instituições cuja acção remete para a problemática em causa, tendo-se desenvolvido dentro das melhores expectativas por parte dos organizadores do evento. Na sua intervenção, o Dr. Alves Pinto não deixou de levantar questões essenciais, como o papel das famílias, das escolas e da própria sociedade no que respeita à prevenção das dependências e o estigma social que enfrentam os consumidores. Por sua vez, o Prof. Paulo Moreira abordou o tema incidindo sobre a perspectiva educacional da toxicod dependência, tendo destacado a disparidade etária dos resultados obtidos pelo inquérito realizado pela JSD. Finalmente, o Dr. Emídio Guerreiro, Deputado do PSD na Assembleia da República, acabou por realizar uma reflexão acerca da evolução histórica do sistema de prevenção da toxicod dependência e da falência do mesmo. Depois das intervenções dos oradores, seguiu-se um período de debate, no qual se esgrimiram opiniões de parte a parte, destacando-se as intervenções de representantes de Associações de Pais, de Conselhos Executivos e da própria Câmara Municipal presentes na conferência. Os representantes da JSD presentes também não deixaram de intervir, enriquecendo a discussão de ideias.

A JSD agradece a colaboração das entidades envolvidas, lamentando, no entanto, a ausência de diversos convidados, cuja comparência seria de salutar. Entretanto, a JSD continua a desenvolver o seu trabalho, estando neste momento a preparar outras actividades sobre esta e outras temáticas.

CPN-JSD emite comunicado:

JSD critica cortes nos Incentivos ao Arrendamento Jovem

Da análise à proposta de Orçamento de Estado para 2007, constata a JSD a razão e os alertas que nos últimos meses vem advogando, pois **o governo demonstra uma vez mais que não entende e não percebe a importância do Incentivo ao Arrendamento Jovem (IAJ)**. Não é propondo reduções do incentivo e do período de tempo do mesmo, numa lógica meramente economicista, que se resolverão os problemas da habitação dos jovens.

Entendemos a política de habitação como um instrumento que vai muito além da mera correcção da desigualdade social e consideramos que esta pode ter um papel transversal na economia, na família, no emprego. **Os apoios propostos, nomeadamente aos jovens, deverão ser considerados um investimento e não um custo social**, promovendo desta forma uma adequação dos meios ao espaço onde são efectivamente necessários.

A mobilidade é um factor chave e este incentivo um mecanismo decisivo, pois contribuirá para uma maior eficiência económica e um enriquecimento profissional dos nossos jovens e consequentemente do nosso país. Entendemos a necessidade de não aumentar a despesa pública, não percebemos é a ineficiência do governo nesta matéria que, **em vez de adequar as verbas aos verdadeiros objectivos da lei, opta antes pelo mais fácil: reduzir montantes, reduzir prazos de apoio e criar mais burocracia nas condições de acesso.**

Não é isto que os jovens portugueses precisam.

Necessitam é de visão, inovação e soluções que lhes permitam encarar o futuro de forma decisiva e destemida. Até porque a verdade é que continuamos com um mercado de arrendamento altamente carenciado e com valores de renda, em grande parte dos casos, exorbitantes e proibitivos para a condição financeira de grande parte da população, nomeadamente os jovens.

Este é manifestamente um governo que nas mais diferentes áreas continua a agredir os jovens e a hipotecar-lhes o futuro.

O Presidente da Juventude Social Democrata

Daniel Fangueiro



BAIÃO

De acordo com os Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Concelhia de Baião, para reunir em sessão Plenária no próximo dia 25 de Novembro de 2006, sábado, pelas 14h00, na sede Concelhia, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Análise da situação política;
2. Outros assuntos

CASCAIS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se o Plenário de Militantes da Secção do PSD de Cascais, para o próximo dia 10 de Novembro de 2006, sexta-feira, pelas 21h00, no Hotel Baía, em Cascais, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto um: Informações;
Ponto dois: Análise da situação política.

CASCAIS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se os militantes da Secção de Cascais, para reunirem, no próximo dia 24 de Novembro de 2006, sexta-feira, na sede do partido, em Cascais, no Largo da Estação, das 18h00 às 24h00 com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção.

Nota: As urnas estarão abertas das 18h00 às 24h00.

As listas candidatas deverão ser entregues ao Sr. Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem o possa substituir, na sede da Secção, sita n.º 4- 1.º andar, no Largo da Estação até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

MONTALEGRE – DISTRITAL DE VILA REAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e no ponto 2 do artigo 15.º do Regulamento Eleitoral, convoca-se a Assembleia de Secção de Montalegre para reunir no dia 25 de Novembro de 2006 (sábado), a partir das 14h30, na sede Concelhia do PSD, sita na Praça de França, Ed. Condalton – Montalegre, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Secção.

Nota: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Comissão Política Distrital, ou a quem o substitua, até Às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, encontrando-se a Sede Concelhia aberta para o efeito, naquele dia, entre as 21h30 e as 24h00.

As urnas estarão abertas das 14h30 às 17h00.

NÚCLEO DE ARGONCILHE – SANTA MARIA DA FEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral, para os órgãos locais, convoca-se o Plenário do Núcleo de Argoncilhe, para reunir no próximo dia 24 de Novembro de 2006 (sexta-feira) pelas 21.00 horas, no Salão da Junta de Freguesia de Argoncilhe, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Comissão Política do Núcleo

Notas:

1 - O acto eleitoral decorrerá entre as 21 horas e as 23 horas, do dia 24 de Novembro.

2 - A entrega das listas candidatas deverá ser feita na sede da Secção de Santa Maria da Feira, até às 24 horas do 3.º dia anterior ao acto eleitoral.

3 - No dia 21 de Novembro, a sede da Secção Concelhia estará aberta entre as 21 e as 24 horas, para recepção das listas candidatas

NÚCLEO DA LEÇA DA PALMEIRA – MATOSINHOS

Clarisse do Céu Sousa, militante n.º 40628, Presidente da Comissão Política de Matosinhos, ao abrigo do disposto nos estatutos do PSD, convoca-se o Núcleo de Leça da Palmeira, para reunir no dia 2 de Dezembro de 2006, entre as 16h00 e as 19h00, na sede do PSD de Matosinhos, sita na Rua Mouzinho de Albuquerque, n.º 98, na Freguesia de Matosinhos, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: eleição da Comissão Política de Núcleo da Leça da Palmeira.

Nota: As listas concorrentes devem ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, no local das eleições.

NÚCLEO DE RIBEIRÃO – V.NOVA FAMALICÃO

Nos termos do disposto nos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Núcleo de Ribeirão, para reunir no Auditório da Sede da Junta de Freguesia de Ribeirão, no dia 24 de Novembro de 2006, pelas 18h00, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política do Núcleo de Ribeirão.

Nota: As urnas estarão abertas ente as 18h00 as 21h00.

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior, encontrando-se a sede concelhia abertas nos outros dias das 17h30 às 20h00.

OLIVEIRA DE FRADES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se o Plenário da Secção de Oliveira de Frades, para o dia 25 de Novembro de 2006, pelas 15h00, na sede concelhia do PSD, em Oliveira de Frades, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de

Secção.

Nota: As urnas estarão abertas na Secção, das 15h00 às 18h00.

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

QUELUZ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se todos os militantes do PSD da Secção de Queluz para uma Assembleia de Secção a realizar no próximo dia 27 de Novembro de 2006 (sexta-feira), das 18h00 Às 23h00, a realizar na nova sede do PSD de Queluz, situada na Rua D. Pedro IV n.º 28 A, em Queluz, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota: As listas candidatas deverão ser apresentadas nos prazos e condições estabelecidos no Regulamento Eleitoral.

Podem eleger e ser eleitos os militantes do PSD que tenham as quotas pagas até ao décimo dia anterior ao acto eleitoral e que constem do caderno eleitoral.

As urnas estarão abertas entre as 21h00 e as 23h00.

VILA REAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral, convocam-se os militantes da Secção de Vila Real, para reunirem em Assembleia de Secção no dia 25 de Novembro de 2006 (sábado), a partir das 14h30, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota: As urnas estarão abertas, na sede concelhia das 14h30 às 17h00.

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem o substitua, na sede concelhia até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, encontrando-se a Sede aberta para o efeito, naquele dia das 21h30 às 24h00.



ARGANIL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Arganil, para reunir no próximo dia 25 de Novembro de 2006, pelas 16h30, na Sede do PSD, sita no Largo Padre M. V. Delgado, em Arganil, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único – Eleição da Mesa do Plenário de Secção e da Comissão Política de Secção da JSD de Arganil.

Nota:

a) As listas deverão ser entregues em duplicado na Sede do PSD de Arganil, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao início dos trabalhos, ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital da JSD de Coimbra ou a quem estatutariamente o possa substituir;

b) As urnas estarão abertas entre as 17 e as 19 horas.

O Presidente da Mesa

(José Carlos Pedro G. Canaveira)

CADAVAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e nos termos do Regulamento Eleitoral para os órgãos Distritais e Locais da JSD, convocam-se todos os militantes da Secção para o Plenário a realizar no dia 28 de Novembro de 2006, pelas 19 horas, na Sede da Secção da JSD de Cadaval, sita na Rua D. Fernando, n.º 12, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política de Secção da JSD de Cadaval.

Nota:

a) As listas deverão ser entregues em duplicado até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente da Mesa do Plenário ou a quem ao abrigo dos Estatutos o possa substituir, na Sede da JSD de Cadaval.

b) As listas deverão ser acompanhadas dos respectivos termos de aceitação de todos os candidatos e listas de subscritores.

c) As urnas estarão abertas das 19 horas às 23h30, do dia 28 de Novembro de 2006.

O Presidente da Mesa

(Assinatura Ilegível)

CONSELHO DISTRITAL DE BRAGA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Distrital da JSD/Braga para reunir no próximo dia 25 de Novembro de 2006, pelas 18 horas, na Sede da Distrital, sita na Rua de Santa Margarida, 2 A – 2.º, em Braga, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição dos representantes da JSD à Assembleia Distrital do PSD/Braga.

Nota:

As urnas estarão abertas durante o período de uma hora, entre as 18 horas e as 21 horas.

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital, ou quem estatutariamente o substitua, na Sede Distrital da JSD Braga, sita na morada supra citada, até às 24 horas do terceiro dia anterior, respeitando as normas estatutárias e regulamentares da JSD.

O Presidente do C. D. da JSD/ Braga

(Pedro Rodrigues)

NÚCLEO DE LAVRA

(Matosinhos)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário do Núcleo Residencial de Lavra da JSD, para o dia 25 de Novembro de 2006, pelas 21 horas, a realizar na Sede Concelhia do PSD/ Matosinhos, sita na Rua Mouzinho de Albuquerque, n.º 98, em Matosinhos, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política do Núcleo Residencial de Lavra da JSD.

Nota:

a) As listas deverão ser entregues, duplicado, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral na Sede Concelhia do PSD/ Matosinhos da JSD.

b) As urnas estarão abertas das 21h00 às 23h00.

O Presidente da Mesa

(Filipe Brás Silva)

SEIXAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção do Seixal, a realizar no próximo dia 29 de Novembro de 2006, pelas 20h30, na Sede Concelhia, sita na Rua do MFA, n.º 11, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Eleição da Comissão Política e Mesa do Plenário;
- 3 – Análise da Situação Político-Partidária;
- 4 – Outros assuntos.

Nota:

As listas deverão ser apresentadas em duplicado ao Presidente da Mesa, na Sede Concelhia, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao do começo dos trabalhos, nos termos do artigo 23.º, 4.

As urnas estarão abertas entre as 21h00 e as 23 horas.

O Presidente da Mesa

(Filipe de Arede Nunes)

TOMAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e do Regulamento Eleitoral da JSD, convoca-se o Plenário de Secção da JSD de Tomar, para a Assembleia Eleitoral a realizar no dia 30 de Novembro de 2006, pelas 20h30, na Sede do PSD, sita na Rua Fábrica da Fiação, n.º 57, em Tomar, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Eleição da Comissão Política de Secção e eleição da Mesa do plenário;
- 2 – Outros Assuntos.

Nota:

As listas devem ser entregues até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente da Mesa do Plenário, ou a quem ao abrigo dos estatutos o possa substituir, na Sede do PSD de Tomar.

As listas devem ser acompanhadas dos respectivos termos de aceitação e subscritores.

As urnas estarão abertas das 21 horas às 22 horas.

O Presidente da Mesa

(Pedro Alexandre C. das Neves)

VILA VERDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se um Plenário Concelhio da Secção de Vila Verde da JSD, sita na Rua 1.º de Maio, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Um – Eleição da Comissão Política de Secção de Vila Verde;

Ponto Dois – Eleição da Mesa do Plenário Concelhio de Vila Verde.

Nota:

A eleição decorrerá das 20h30 às 22h30, do dia 25 de Novembro de 2006, na Sede Concelhia do PSD, sita na Rua 1.º de Maio, Freguesia e Concelho de Vila Verde.

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário da Secção de Vila Verde, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

O Presidente da Mesa

(Pedro Arantes)